



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL

MARTHA MALAQUIAS DA SILVA

**DROGAS NA ESCOLA: compreensões acerca da temática no
ensino de Sociologia e na abordagem escolar**

JUAZEIRO- BA

2022

MARTHA MALAQUIAS DA SILVA

DROGAS NA ESCOLA: compreensões acerca da temática no ensino de Sociologia e na abordagem escolar

Trabalho de conclusão de Dissertação apresentado à Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Campus Juazeiro – BA, pelo Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, da associada Linha de pesquisa Juventude e Questões Contemporâneas, vinculado ao NARRATIVIDADES – Grupo de Pesquisa Educação, Narrativas e Experiência Docente no Ensino Médio, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Adelson Dias de Oliveira

JUAZEIRO – BA

2022

Silva, Martha Malaquias da.
S586d Drogas na escola: compreensões acerca da temática no ensino de Sociologia e na abordagem escolar / Martha Malaquias da Silva. Juazeiro, 2022.

Vii, 84 f. 29 cm

Dissertação (Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional / PROFSOCIO) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Juazeiro-BA, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Adelson Dias de Oliveira.

1. Drogas na escola. 2. Ensino de Sociologia. 3. Livro didático. I. Título. II. Orientador Oliveira, Adelson Dias de. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 362.29

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE
NACIONAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARTHA MALAQUIAS DA SILVA

DROGAS NA ESCOLA: compreensões acerca da temática no ensino de Sociologia e na abordagem escolar

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Sociologia, pela Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Aprovado em: 18 de março de 2022.

Banca Examinadora

ADELSON DIAS DE OLIVEIRA
Assinado de forma digital
por ADELSON DIAS DE OLIVEIRA
OLIVEIRA:00213123541-03'00'
3541

Adelson Dias de Oliveira, Doutor, Universidade Federal do Vale do São Francisco



Raphaella Gonçalves Teixeira, Mestra, Universidade Federal do Vale do São Francisco



José Hermógenes Moura da Costa, Doutor, Universidade Federal do Vale do São Francisco

RESUMO

No presente trabalho investiguei as concepções sobre as temáticas drogas no contexto do ensino de Sociologia no Ensino Médio, para isso os dados foram construídos em interlocução com uma professora de Sociologia da educação básica e a partir da análise do Conteúdo Básico Comum de Sociologia do Estado de Minas Gerais e do livro didático de Sociologia, destinado Ensino Médio, selecionado através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), utilizado na escola que a professora referida leciona no estado de Minas Gerais. Assim a pesquisa é orientada pelo objetivo geral de compreender como a temática drogas é vivenciada na disciplina de Sociologia na Educação Básica e no contexto escolar de uma escola estadual de Minas Gerais. Especificamente, objetivo: (1) identificar como a categoria droga é mobilizada no livro didático de Sociologia e no Conteúdo Básico Comum de Sociologia do Estado de Minas Gerais; (2) Caracterizar como a temática das drogas é elaborada na prática pedagógica da professora de Sociologia; (3) Analisar como a temática das drogas aparece no contexto escolar vivenciado. Não raro, o cotidiano escolar é afetado por uma incomunicabilidade entre as pessoas que o compõem, alongando o desconhecimento sobre os espaços culturais e simbólicos que os jovens vivenciam (CARRANO, 2008) e quando se deparam com questões relacionadas às drogas acabam por incorrer em violação dos direitos do estudante a educação formal. Para contribuir na compreensão sobre quem potencialmente é o público usuário dessa política pública que é a escola, no período do Ensino Médio, aponto discussões sobre as juventudes. Compreendo aqui juventudes como categoria social a partir das discussões teóricas de Luís Antonio Groppo (2000), Juarez Dayrell (2007), Paulo Carrano (2008) e Wivian Weller (2014). Na ampliação do horizonte no olhar para os fenômenos das drogas, recorro principalmente às discussões a Erving Goffman ([1963] 2008) e a Howard S. Becker ([1963] 2008) e nas elaborações sobre os livros didáticos, principalmente a Flavio Sarandy (2004) e Simone Meucci (2014). A metodologia é de caráter qualitativo (GOLDENBERG, 2004), foi realizada entrevista episódica (FLICK, 2002) com a interlocutora e leitura de construção dos conteúdos semânticos (BERTAUX, 2010) do livro didático e do Conteúdo Básico Comum – CBC. A análise das categorias elencadas foi compreensiva na perspectiva apresentada pelo sociólogo Daniel Bertaux (2010). Desse modo, buscar compreender essas temáticas no âmbito do ensino de Sociologia foi profícuo, foi identificado que a escola aborda a questões das drogas compactuando com narrativas proibicionistas e moralizantes, mobilizando figura religiosa como especialista. A prática pedagógica da professora de Sociologia difere da posição proibicionista da maioria dos outros profissionais de educação, elabora assim como fenômeno social possível de ser esmiuçado associada a diversas outras categorias ou objetos estudados pelas ciências sociais. O livro didático Sociologia em Movimento aborda a temática brevemente, associada ao estudo de movimentos sociais, especificamente a partir da questão da legalização da maconha.

Palavras-chave: Drogas na escola; Ensino de Sociologia; Juventudes; Livro didático; PNLD.

ABSTRACT

In the present work, I investigated the conceptions about the themes of drugs in the context of teaching Sociology in High School, for that the data were built in dialogue with a Sociology teacher of basic education and from the analysis of the Common Basic Content of Sociology of the State of Minas Gerais and the Sociology textbook, intended for High School, selected through the National Textbook Program (PNLD), used in the school that the aforementioned teacher teaches in the state of Minas Gerais. Thus, the research is guided by the general objective of understanding how the drug theme is experienced in the discipline of Sociology in Basic Education and in the school context of a state school in Minas Gerais. Specifically, objective: (1) to identify how the drug category is mobilized in the Sociology textbook and in the Basic Common Content of Sociology of the State of Minas Gerais; (2) To characterize how the theme of drugs is elaborated in the pedagogical practice of the Sociology teacher; (3) Analyze how the issue of drugs appears in the school context experienced. Not infrequently, the school routine is affected by an incommunicability between the people who compose it, extending the lack of knowledge about the cultural and symbolic spaces that young people experience (CARRANO, 2008) and when they are faced with issues related to drugs, they end up incurring in violation student's rights to formal education. In order to contribute to the understanding of who is potentially the public that uses this public policy, which is the school, in the period of High School, I point out discussions about youth. Here I understand youth as a social category from the theoretical discussions of Luís Antonio Groppo (2000), Juarez Dayrell (2007), Paulo Carrano (2008) and Wivian Weller (2014). In expanding the horizon in terms of looking at the phenomena of drugs, I resort mainly to discussions with Erving Goffman ([1963] 2008) and Howard S. Becker ([1963] 2008) and in the elaborations on textbooks, especially Flavio Sarandy (2004) and Simone Meucci (2014). The methodology is of a qualitative (GOLDENBERG, 2004), an episodic interview (FLICK, 2002) was carried out with the interlocutor and the construction of the semantic content (BERTAUX, 2010) of the textbook and the Common Basic Content - CBC was read. The analysis of the listed categories was comprehensive in the perspective presented by sociologist Daniel Bertaux (2010). In this way, seeking to understand these themes in the context of Sociology teaching was fruitful, it was identified that the school addresses drug issues, agreeing with prohibitionist and moralizing narratives, mobilizing a religious figure as a specialist. The sociology teacher's pedagogical practice differs from the prohibitionist position of most other education professionals, as it elaborates on a social phenomenon that can be detailed in association with several other categories or objects studied by the social sciences. The textbook *Sociologia em Movimento* briefly addresses the theme, associated with the study of social movements, specifically from the issue of the legalization of marijuana.

Keywords: Drugs at school; Sociology of Education; Youths; Textbooks; PNLD.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CBC	Conteúdo Básico Comum
CBD	Canabidiol
CTs	Comunidades Terapêuticas
DARE	Drug Abuse Resistance Education
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
LAPIS	Laboratório de Pesquisa Interdisciplinar de Substâncias Psicoativas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MTST	O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
NASF-AB	Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica
OCN	Orientações Curriculares Nacionais
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PNAD	Política Nacional sobre Drogas
PNLD	Programa Nacional do Livro didático
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
RD	Redução de Danos
SUS	Sistema Único de Saúde
THC	delta-9-tetra-hidrocanabinol

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	ENSINO DE SOCIOLOGIA, LIVRO DIDÁTICO, JUVENTUDES E DROGAS NA ESCOLA: apontamentos para um tear dessas temáticas.	18
2.1	Costurando o caminho metodológico	38
3	DROGAS NA ESCOLA: considerações acerca das práticas pedagógicas no ensino de Sociologia e a abordagem no cotidiano escolar	43
3.1	A escola tem algo a dizer e quer ouvir sobre as drogas, desde que não seja um diálogo com a professora de Sociologia	45
3.2	O que tem a ver drogas e ensino de Sociologia?	59
3.2.1	O livro didático de Sociologia e o Conteúdo Básico Comum para Sociologia no Ensino Médio em Minas Gerais	63
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
	REFERÊNCIAS	
	APÊNDICE	

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo as concepções sobre as temáticas drogas e juventudes no contexto do ensino de Sociologia no Ensino Médio, para isso os dados foram construídos em interlocução com uma professora de Sociologia da educação básica e a partir da análise do livro didático de Sociologia, destinado ao Ensino Médio, selecionado através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), utilizado na escola estadual de Minas Gerais onde a professora referida leciona. Nessa perspectiva o livro didático foi compreendido como currículo na perspectiva das teorias críticas, de acordo com Maçaira (2017)

[...] o currículo define, por um lado, o que deve ser ensinado, i.e., seleciona os saberes considerados relevantes, em determinado campo/assunto, para serem aprendidos por determinado grupo, operando, ao mesmo tempo, uma seleção das atividades, dos modos de transmissão desse conhecimento, comumente conhecidos como conteúdos escolares ou disciplinares; e, por outro, o currículo organiza a experiência escolar, no sentido de que estabelece uma sequência de ensino, um plano de aprendizagem. (MAÇAIRA, 2017, p.57)

Destarte o livro didático é elaborado e utilizado dentro de disputas sobre o que é legítimo ser ensinado e apreendido na escola, permeado de dinâmicas sócio-históricas desde seu processo de elaboração editorial, do processo seletivo ministerial e sua mobilização ou não como recurso em sala de aula.

Ao refletir sobre livros didáticos de Sociologia na educação básica, Sarandy (2004) traz como definição:

[...] livros originalmente destinados à escola para serem manuseados por alunos, efetivamente utilizados em aula por professores de Sociologia no Ensino Médio que apresentam o caráter de compêndios de Sociologia geral ou de ciências sociais e que estão incluídos no catálogo de didáticos de suas editoras. (SARANDY, 2004, p.25)

Para Batista (*apud* SARANDY, 2004), essa modalidade de livro é um objeto com pouco prestígio social, que recebe pouca atenção da Sociologia como objeto autêntico de pesquisa, como se o desprestígio fosse transferido a quem deles se ocupam. O autor evidencia se tratar de um livro efêmero, que raramente é revisitado, na maioria das vezes não compõe acervo de bibliotecas pessoais ou

institucionais, é manejado por usuários e não por leitores, se desatualiza com certa rapidez, a utilização está diretamente ligada aos ciclos escolares e a ocupação dos papéis de aluno e professor. Porém, essas características não justificam a insuficiente atenção que lhe é conferida, uma vez que se identificou que, para além da mediação entre estudantes e saberes e práticas institucionais, o livro didático pode constituir principal fonte de orientação bibliográfica para professores. Em vista disso,

Embora existam poucas pesquisas sobre o efetivo uso do livro didático (suspeitamos que é menos usado pelos alunos e mais pelos professores, como bibliografia complementar), acreditamos que nas suas páginas se realiza importante atividade de seleção e organização dos conteúdos. Assim, podemos considerar a hipótese de que o livro é auxiliar na escolha dos conteúdos do professor em sala de aula, logo na definição curricular que se traduz na experiência empírica dos docentes. [...] Os livros didáticos podem ser, nesse sentido, peça importante da definição do conteúdo. São produtos que conectam, ao seu modo, indústria editorial, universidade (pelo autor) e escola (pelo professor e aluno, seus leitores). (MEUCCI; BEZZERA, 2014, p.92)

Desse modo Sarandy (2004) destaca que o livro didático é um objeto variável e de complexa apreensão e reforça a importância de compreendê-lo melhor por ser o principal instrumento de escolarização da sociedade brasileira e referência fundamental para muitos educadores. No caso de orientar docentes não deve ser automaticamente associado a uma formação precária, deve-se atentar-se ao aspecto integrador que exerce em um campo disciplinar tão fragmentado como as ciências sociais.

Para o autor, essa modalidade de livro, além de intenção didática, sistematiza o que é consensual em certo campo científico, sendo que o saber acadêmico autorizado irá compor os livros didáticos do Ensino Médio. Sarandy em diálogo com Meucci (apud SARANDY, 2004) traz que o interesse por esse objeto não deve ser exclusivamente pelo prisma pedagógico, mas como componente de práticas científicas institucionalizadas. Pois se trata de um

[...] recurso valioso para a compreensão da dinâmica de constituição de um repertório estável de conceitos, autores, temas e problemas de determinada disciplina entre membros da sociedade em geral. Nesse sentido, ao contrário do que comumente se pensa, a função escolar do livro didático faz dele um bem cultural bastante complexo e um 'lugar' privilegiado para

compreender mecanismos e estratégias de produção e circulação do conhecimento na sociedade. (MEUCCI, 2014, p. 211)

Sendo o livro didático importante artefato presente no cotidiano da disciplina Sociologia no Ensino Médio, ele se traduz em importante objeto de pesquisa, já que segundo Maçaira (2017), é possível, a partir do livro didático, acessar os processos de tradução das ciências sociais para o ensino médio, perceber a relação entre os conhecimentos construídos nos campos de recontextualização oficial e pedagógica, desse modo o livro apresenta duplo caráter, os indicativos das diretrizes ministeriais e da prática docente, representando ao mesmo tempo o currículo oficial e oculto.

Diante da relevância que o livro didático assume, das indagações em torno da temática das drogas na escola e o ensino de Sociologia, os objetivos deste trabalho foram baseados nos seguintes questionamentos: como o livro didático de Sociologia se apresenta na discussão sobre o tema drogas no Ensino Médio? Como a professora de Sociologia dialoga com as discussões da prevenção e redução de riscos e danos relacionados ao uso de drogas? O uso e abuso de drogas, tão problematizado e associado midiaticamente a jovens é uma questão para escolas de Ensino Médio?

Em vista do exposto, constitui o objetivo geral desta pesquisa compreender como a temática drogas é vivenciada na disciplina de Sociologia na Educação Básica e no contexto escolar de uma escola estadual de Minas Gerais. Especificamente, objetivo: (1) identificar como a categoria droga é mobilizada no livro didático de Sociologia e no Conteúdo Básico Comum de Sociologia do Estado de Minas Gerais; (2) Caracterizar como a temática das drogas é elaborada na prática pedagógica da professora de Sociologia; (3) Analisar como a temática das drogas aparece no contexto escolar vivenciado. Para percorrer os objetivos, realizei uma pesquisa qualitativa de análise compreensiva-comparativa.

Os objetivos foram construídos a partir de inquietações diante do cenário nacional em relação às disputas sobre as políticas de drogas. De um lado, um retrocesso legitimado em forma de política e, de outro, a resistência de profissionais de saúde e usuários de drogas. No ano de 2019, no Brasil, o decreto

nº 9.761/2019 revogou inteiramente o decreto 4.345/2002, instituindo o que foi chamado de “Nova” Política Nacional sobre Drogas – PNAD. O aspecto de maior destaque foi a retirada da Redução de Danos - RD como abordagem de cuidado a usuários de drogas no âmbito das políticas públicas do Sistema Único de Saúde – SUS e o investimento em dispositivos de abordagem manicomial e asilar ligados a instituições religiosas, as chamadas comunidades terapêuticas. Até então, a Redução de Danos era prerrogativa a todos os profissionais de saúde do SUS, e constituía-se enquanto aparato legal e protetivo para os profissionais que atuam em cenas de uso de drogas, caracterizando maior possibilidade de cuidado aos usuários que diante de suas demandas de saúde não precisariam esconder sua relação com substâncias psicoativas lícitas ou ilícitas sob o ônus de receberem atenção moralizadora.

No momento destas mudanças, encontrava-me trabalhando em duas equipes multiprofissionais de saúde do SUS que se propunham a construir ofertas de cuidado na perspectiva da RD. Em termos de postura profissional, não houve mudanças quanto às práticas de cuidado, pois alguns profissionais continuaram a sustentar o cuidado em liberdade e não pautado apenas na abstinência. No mesmo período, tornei-me estudante do PROFSOCIO e, ao rever meu anteprojeto inicial, retomei questões que me acompanham desde a graduação de licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF.

O meu contato inicial com a produção de conhecimento científico sobre o fenômeno dos usos de drogas nas ciências sociais se deu assistindo às comunicações nas semanas acadêmicas dos trabalhos ligados ao Laboratório de Pesquisa Interdisciplinar sobre o uso de Substâncias Psicoativas – LAPIS/UNIVASF. Até então, era uma temática que esteve presente na minhas experiências através das narrativas midiáticas que desumanizam as pessoas que fazem uso de drogas; da vivência escolar que advertia sobre os possíveis usuários de drogas e os punham sob o *status* de problemas a serem evitados por outros estudantes e sempre passíveis de punição pelo corpo escolar; e do aceite de que as ciências biológicas e farmacológicas eram autorizadas a dizer sobre essas

substâncias, mas não sabíamos bem se podíamos confiar em como a mídia ou a escola apresentava tais informações de autoridade.

A comunicação sobre a produção científica acerca das temáticas relacionadas às substâncias psicoativas é incipiente para população em geral no Brasil. Diante do cenário de cortes a programas de pesquisa por todo o país, as universidades começaram a expandir a comunicação sobre suas produções em redes sociais, buscando relacionar essas produções com os sentidos e significados cotidianos das pessoas. Dessa forma, meu contato inicial foi impactante pois visualizei que a questão das drogas pode e deve ser compreendida de forma interdisciplinar e que as ciências sociais muito contribuem nas compreensões e na ampliação do tema e de modos de cuidado aos usuários de drogas.

Do segundo semestre de 2013 ao primeiro de 2014, tornei-me bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), no projeto “Concepções e práticas entre estudantes de uma escola do Ensino Médio da periferia de Juazeiro-Ba”, frente à “questão das drogas”, os seus usos e a identidade social dos usuários, quando estudante de Ciências Sociais - Licenciatura. Realizando pesquisa qualitativa de caráter etnográfico, através da observação participante, diários de campo e entrevista semiestruturadas, a luz dos estudos de Sociologia do desvio do cientista social Howard Becker, dos estudos sobre estigma de Erving Goffman e dos estudos históricos de Escohotado, nos quais são trazidas diversas culturas e suas relações com as drogas, elucidando os significados que assumiram em diferentes períodos da humanidade.

O PIBIC foi uma experiência importante de formação acadêmica, pois possibilitou-me o acesso principalmente aos jovens estudantes, mas também às demais pessoas que compõem o corpo escolar, bem como aprimorar a escuta na investigação em ciências sociais, a observar as relações no ambiente escolar, a identificar categorias recorrentes, os significantes e a mobilizar conhecimentos das ciências sociais para o entendimento de tais categorias.

A partir dos conhecimentos construídos no PIBIC, eu quis desenvolver intervenções atravessadas pela temática das drogas na escola. Desse modo, no

primeiro semestre de 2014 a 2015 passei a ser bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), na modalidade Interdisciplinar no projeto “Drogas na escola e a prevenção de Danos”. As atividades eram instituídas em conjunto com bolsistas da graduação de licenciatura em Artes Visuais da UNIVASF. Vivência que me possibilitou a construção de ações educativas sobre o fenômeno do uso de “drogas”, na perspectiva de uma educação para autonomia e liberdade, da Redução de Danos e da ampliação da perspectiva de prevenção que se alinha com uma escola promotora de saúde na medida em que rompe com a separação entre usuários e não usuários de drogas, atribuindo a ambos iguais direitos a participarem de um debate interdisciplinar sobre o tema.

No primeiro semestre do ano de 2013, cursando a disciplina “Metodologia de Projeto de Intervenção Social”, em conjunto com outras discentes, propomos a intervenção “Escola promotora de saúde: redução de danos no contexto de uma escola no município de Juazeiro – BA”, que foi constituída como resposta ao problema do acesso ao conhecimento sistematizado sobre a temática das “drogas” após seminários argumentativos e deliberativos com a professora de Sociologia e os estudantes. Essa intervenção resultou em ciclos de debates nas aulas de Sociologia, fundamentados em conhecimentos Socioantropológicos do Uso de Substâncias Psicoativas.

No segundo semestre do PROFSOCIO, em conjunto com outra estudante do programa, construímos nos contextos das disciplinas Metodologia do Ensino, Teoria das Ciências Sociais II e Sociologia da Educação, uma oficina de formação de professores sobre a perspectiva da RD no acolhimento a estudantes usuários de drogas. A escolha do tema, para além dos nossos interesses de pesquisa no PROFSOCIO, surgiu de uma vivência que minha companheira de pós-graduação experienciou como Educadora de Apoio em uma escola pública no município de Petrolina – PE.

Diante do aumento de casos de jovens estudantes se autolesionando e de relatos de sofrimento emocional, o apoio pedagógico da escola convidou o Núcleo de Apoio a Saúde da Família Atenção Básica – NASF-AB. Em parceria com o NASF, foi realizada uma roda de conversa com estudantes, e posteriormente uma com os professores contando com mais profissionais do NASF, e o assunto do

consumo de drogas, ilícitas e lícitas, a exemplo do álcool, surgiu. Nesse contexto, os profissionais de saúde apresentaram aos profissionais de educação a Redução de Danos como postura de acolhimento e os professores expressaram dúvidas sobre as reações dos pais dos estudantes diante da abordagem da temática das drogas na escola a partir da Redução de Danos, uma abordagem nova que poderia, na compreensão dos professores ser confundida como apologia ao uso de drogas. (SILVA; SILVA, 2022)

Diante desses questionamentos, o apoio pedagógico da escola compreendeu que seria importante dar continuidade ao espaço formativo com os professores sobre redução de danos. Essa demanda surgiu concomitante às nossas necessidades avaliativas nas disciplinas do PROFSOCIO, então propusemos, a partir das contribuições das ciências sociais e da experiência prática com a prevenção e a redução de danos e riscos associados ao uso/abuso de drogas, a oficina de formação para professores intitulada “Escola promotora de saúde: prevenção e redução de danos dos problemas relacionados ao uso de drogas”. (Silva; Silva, 2022)

Todas essas vivências me trouxeram a preocupação em conhecer as abordagens adotadas pela escola para tratar da temática tão associada como problema social a uma parcela da juventude. No “TÍTULO IV - Da Organização da Educação Nacional”, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9394/96) traz que: “promover ambiente escolar seguro, adotando estratégias de prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas” (BRASIL, 1996). Ou seja, quando menciona a questão das drogas, a LDB o faz na lógica proibicionista, contrapondo o uso de drogas à segurança, sinalizando que o encontro do estudante com as substâncias psicoativas deve ser evitado, distanciando-se assim da noção de prevenção em saúde, onde a informação é destinada a prevenir danos e não necessariamente os usos.

Frente a esse contexto, e por estar especificamente em um programa de pós-graduação sobre ensino de Sociologia, escolhi o livro didático da disciplina no Ensino Médio e a interlocução, por meio de entrevista, com uma professora de Sociologia da educação básica com licenciada em Ciências Sociais, para buscar indícios sobre a temática na educação básica. O livro didático analisado é o

“Sociologia em Movimento” (SILVA; AFRÂNIO. *Et Al.* 2016) que compõe o catálogo de aprovados no PNLD e é o utilizado pela professora entrevistada nas aulas de Sociologia em uma escola estadual de um município da região de Minas Gerais.

O PNLD avalia e disponibiliza obras didáticas, pedagógicas e literárias e outros materiais de apoio educativo, que são distribuídos sistemática e gratuitamente a instituições públicas de educação básica brasileiras ou sem fins lucrativos conveniadas ao poder público (BRASIL, 2018). Ao todo, desde o primeiro PNLD que incluiu a disciplina Sociologia foram selecionadas 13 obras (6 livros em 13 edições) para que as escolas escolhessem entre elas quais livros adotar no ensino de Sociologia, havendo repetição na escolha do mesmo livro em nova edição, como pode ser visualizado no quadro abaixo:

Quadro 1 - Tabela livros didáticos de Sociologia aprovados PNLD

PNLD	Título	Edição	Autores	Editora
2012	Sociologia para o Ensino Médio	2ª edição - 2010	TOMAZI, Nelson Dacio.	Saraiva
2012	Tempos Modernos, Tempos de Sociologia	1ª edição - 2010	GARCHET, Helena Maria Bomeny; MEDEIROS, Bianca Stella Pinheiro de Freire.	Editadora do Brasil
2015	Sociologia para o Ensino Médio	3ª edição - 2013	TOMAZI, Nelson Dacio.	Saraiva
2015	Tempos Modernos, Tempos de Sociologia	2ª edição - 2013	BOMENY, Helena; MEDEIROS, Bianca Freire; EMERIQUE; Raquel Balmant; O'DONNELL Julia.	Editadora do Brasil
2015	Sociologia	1ª edição - 2013	MOTIM, Benilde lenzi; BRIDI, Maria Aparecida; ARAÚJO; Sílvia Maria de.	Scipione
2015	Sociologia em Movimento	1ª edição - 2013	RUIZ. Ricardo Muniz de. Et al.	Moderna
2015	Sociologia Hoje	1ª edição - 2013	MACHADO, Igor José de Renó; AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de.	Ática
2015	Sociologia para Jovens do Século XXI	3ª edição - 2013	OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da.	Imperial Novo Milênio
2018	Sociologia	2ª edição - 2016	MOTIM, Benilde lenzi; BRIDI, Maria Aparecida; ARAÚJO; Sílvia Maria de.	Scipione
2018	Sociologia Hoje	2ª edição - 2016	BARROS, Celso Rocha de; AMORIM, Henrique; MACHADO, Igor José de Renó.	Ática
2018	Tempos Modernos, Tempos de Sociologia	3ª edição – 2016	MEDEIROS, Bianca Freire; BOMENY, Helena; O'DONNELL Julia; EMERIQUE; Raquel Balmant.	Editadora do Brasil
2018	Sociologia em Movimento	2ª edição – 2016	Silva, Afrânio. <i>Et Al.</i>	Moderna

2018	Sociologia para Jovens do Século XXI	4ª edição – 2016	OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da.	Imperial Novo Milênio
------	--------------------------------------	------------------	---	-----------------------

Fonte: quadro feito pela autora a partir dos Guias do Livro Didático PNLD 2012, 2015 e 2018.

Os livros do quadro acima estão entre os da terceira geração de livros didáticos de Sociologia. Maçaira (2021) divide os livros didáticos de Sociologia no Brasil em três gerações, dentro do período de 1920 a 2016. A autora compartilha da compressão de geração apresentada por Karl Mannheim (*apud* MAÇAIRA, 2021) que evidencia o sentido histórico do conceito, não resumindo-o a faixas estarias e acresce o olhar para as conexões coletivas entre indivíduos que compartilham vivências em um contexto social mais amplo.

Em vista disso a primeira geração é nomeada pela autora de “pioneiros da rotinização da Sociologia”, são manuais publicados entre os anos 1920 e 1940, marcam as primeiras sistematizações da Sociologia no ensino secundário e como ciência que se estabelecia no país. Os autores tinham formações diversas e tratavam, resumidamente, sobre história das ideias sociológicas. A segunda geração é marcada por uma “didatização tímida”, gerada pela demanda da reintrodução gradual da Sociologia no segundo grau nos currículos estaduais. Havia mais figuras e exercícios nos livros, mas eram impressos em sua maioria em preto e branco, em tamanho semelhante a livros não didáticos e tinham também como público alvo estudantes que cursavam disciplina introdutórias no ensino superior. (MAÇAIRA, 2021)

O início da terceira geração é marcada pelas publicações dos livros que seriam submetidos ao PNLD 2012, publicados em 2010, ou seja, incluem os livros não aprovados (MAÇAIRA, 2021). O PNLD exerce influência no o mercado editorial de livros didáticos, pois o governo federal por meio do Ministério da Educação – MEC tem o poder de comprar e distribuir livros para as escolas por todo o país. Desse modo:

A terceira geração de livros didáticos de Sociologia se distingue das demais por seus aspectos físicos e de conteúdo. A política do governo de apoio à produção dos livros didáticos levou a um maior investimento das editoras, que passaram a fazer livros mais bem diagramados, com maior número de imagens e outros recursos visuais coloridos; as seções dedicadas a exercícios passaram a ser mais elaboradas e houve incremento de seções extras em

cada capítulo, como sugestões de filmes, sites e propostas de trabalhos em sala de aula e fora dela. (MAÇAIRA, 2021, p.107)

De acordo com Maçara (2021), são materiais com grande investimento editorial; compartilham de um maior esforço por didatização, tanto no livro do aluno como no do professor; o conteúdo apresenta articulações de temas, teorias e conceitos das Ciências Sociais, destacando autores das três áreas, mas na maioria das vezes predomina referências da Sociologia; compartilham o objetivo do desenvolvimento da imaginação sociológica; e a organização temática da maioria condiz com as indicações dos currículos estaduais que compuseram a primeira versão da BNCC.

2. ENSINO DE SOCIOLOGIA, LIVRO DIDÁTICO, JUVENTUDES E DROGAS NA ESCOLA: apontamentos para uma tecitura dessas temáticas.

A Sociologia tem sua própria perspectiva cognitiva, seu próprio modo de abordar e interpretar as ações humanas e se diferencia por analisá-las em contextos amplos. Os atores sociais são percebidos em suas relações, em redes de dependência mútua, ou seja, a biografia de cada ator social não está dissociada dos fenômenos mais amplos da sociedade (BAUMAN; MAY, 2010). É essa perspectiva cognitiva que se pretende ser ensinada a estudantes do Ensino Médio, para que tenham condições de apreender as particularidades do conhecimento produzido pelas ciências sociais e mobilizem o conteúdo programático da disciplina para aprendizagem individual na compreensão do mundo em que vivem. Tal postura pode reverberar na trajetória de vida dos jovens como pessoas mais atentas às suas posturas e à compreensão de aspectos da coletividade.

Nessa perspectiva, busca-se romper com o ensino que coloca a disciplina de Sociologia como mais uma enxurrada de conteúdos distantes e sem sentido, conforme traz Mendonça ao refletir sobre a função da escola e o ensino de Sociologia:

A Sociologia, como um conteúdo a ser trabalhado no interior da escola, precisa ter essa preocupação de selecionar os conteúdos culturais que são próprios de sua área, pelos quais os estudantes possam agir, assimilando conhecimentos e desenvolvendo capacidades que lhes permitam compreender o mundo em que vivem e nele se inserirem ativamente. (MENDONÇA, 2011 p.348)

Os sentidos construídos a partir da desenvoltura de olhar para os problemas cotidianos e entendê-los como práticas sociais, podem possibilitar transformações, desnaturalizações das relações sociais, e resultar em interações mais conscientes com o mundo e talvez mais intencionais. Por isso a importância de explorar experiências pedagógicas, alinhadas às finalidades de uma formação emancipadora e que contribua para a modificação do espaço escolar para além dos objetivos de uma educação mercantilizada (MENDONÇA, 2011). Sobre as ações das experiências pedagógicas Bridi (*et al*, 2010) reflete que

Desenvolver dialeticamente a ação pedagógica significa construir o conhecimento numa relação de interação professor, aluno,

objeto e realidade. Não é uma tarefa fácil por não se apresentar gratuitamente na ação de ensino-aprendizagem. Há que construí-la a partir do envolvimento do professor e do aluno. Ao professor não cabe fazer para-pelo aluno, mas ser mediador na relação educando e objeto de conhecimento, a realidade social, na Sociologia. (BRIDI, *et al.*, 2010, p. 57)

Desse modo, é fundamental para os professores de Sociologia a contínua reflexão sobre sua área de formação e prática docente na construção de mediações intencionais de ensino e aprendizagem que possibilitem ao estudante o desenvolvimento da capacidade de olhar para a sociedade que está inserido e entender quais imbricações tem com sua trajetória pessoal. Isso transcende o aprendizado de conteúdos que se encerrem em si mesmos e, para tanto, faz-se necessário que se construa uma mediação pedagógica que possibilite o desenvolvimento da aprendizagem das lógicas de pensamento próprias da disciplina Sociologia.

Sobre essas potencialidades da capacidade de apreender as modificações mais amplas da sociedade e relacioná-las com a biografia individual, temos a contribuição do sociólogo Wright Mills (1975). Para o autor, não é a informação por si só que possibilita essa ampliação do pensamento, uma vez que a informação já está disponível. É necessária uma qualidade de espírito que permita o uso da informação e o desenvolvimento da razão para que os sujeitos possam perceber com lucidez o que se passa no mundo e dentro deles mesmo, que pode ser chamada de imaginação sociológica.

Para Mills (1975) imaginar sociologicamente é ter a capacidade de compreensão do cenário histórico mais amplo e dos significados que têm para a vida íntima e para carreira de certos grupos de indivíduos. Levando em consideração que nas vivências das experiências diárias corriqueiramente se adquire uma consciência falsa das próprias posições sociais, Mills (1975) considera que os anseios pessoais dos indivíduos ao serem compreendidos como imbricados no movimento histórico e social podem se transformar em participação nas questões públicas.

Desse modo, coloca que a principal empreitada intelectual e política das Ciências Sociais é evidenciar os elementos que inquietam e fazem pairar a

indiferença na contemporaneidade, através do entendimento das realidades próximas enlaçadas com as realidades sociais mais amplas (MILLS, 1975).

A construção desse vínculo compreensivo entre a experiência individual e o mundo coletivo se materializa nos significados adquiridos nos processos de aprendizagem que as pessoas vivenciam, não necessariamente a aprendizagem escolar. Mas para as relações de ensino-aprendizagem formais e especificamente no ensino de Sociologia se apresenta o desafio de construir mediações pedagógicas que estabeleçam relações entre as práticas sociais e como o indivíduo é atravessado por essas práticas (MENDONÇA, 2011). Tais postulados apresentados acima se alinham às prerrogativas do ensino de Sociologia a nível médio constantes nas Orientações Curriculares Nacionais - OCN para o Ensino Médio.

A OCN, na seção conhecimentos de Sociologia, elucida a importância de conduzir as discussões e a atividades em sala de aula contribuindo para que o aluno se aproprie de teorias, conceitos e temas que possibilitem perceber o mundo de forma crítica. Para isso, frisa que é preciso mediar os processos de ensino-aprendizagem em um exercício de estranhamento e desnaturalização dos fenômenos sociais e dos processos históricos, possibilitando que o aluno se torne capaz de conhecer sua realidade e desconstruir ou notar as ideologias arraigadas em elementos do seu cotidiano, e entendê-lo como resultado dos processos históricos e de interações sociais. (BRASIL, 2006)

A OCN sinaliza também que, para além do clichê do cidadão crítico, é necessário haver outros objetivos decorrentes do ensino de Sociologia na formação do jovem brasileiro, seja aproximando-o da linguagem própria da disciplina ou sistematizando os debates em torno de temas que se tornaram importantes a partir da tradição ou foram dados pela contemporaneidade. Advoga que a Sociologia deve ser o espaço de realização das ciências sociais no Ensino Médio e atenta para que os limites da ciência Sociologia diferem dos da disciplina Sociologia no que concerne ao Ensino Médio, preconiza a necessidade de traduções e recortes, ou seja, de recontextualizações pedagógicas que não negligenciam a fase de aprendizagem que se situa na escola básica. (BRASIL, 2006).

Cumprir com a preconização da OCN, no que diz respeito a aproximar o estudante da linguagem própria das ciências sociais, ainda é um desafio para os professores da disciplina por diversos fatores, como, por exemplo, a intermitência da obrigatoriedade do ensino de Sociologia, que contribuiu fortemente para a dificuldade de se estabelecer uma tradição de metodologias de ensino para o nível médio. Bem como os modelos de graduação que tendem a afastar a formação de professores da prática de pesquisa ou deixar a cargo dos graduandos a junção entre as ciências sociais e as disciplinas de educação do curso (SOUZA, 2017).

Diante das dificuldades encontradas no ensino de Sociologia, o livro didático se constitui um recurso em potencial nas relações de ensino e aprendizagem, pois há a expectativa que seus autores produzam recontextualizações dos conteúdos adequadas para a fase de aprendizagem dos estudantes do Ensino Médio, auxiliando o professor e eximindo-o de ter que criar esse tipo de conteúdo em todas as aulas. Ao exigir ou esperar esse tipo de criatividade dos professores, não se leva em conta como se constituem as rotinas dos professores brasileiros.

Desse modo, essas expectativas se transpõem em exigências nos editais que selecionam e aprovam os livros didáticos pelo PNLD. Isso não garante um material perfeitamente acabado, suficiente e livre de contradições, mas a existência dessa política pública possibilita que reflexões como estas reverberem em produtos melhores. Além disso, diante da desigualdade social, para muitos estudantes brasileiros o livro é um dos poucos recursos didáticos que dispõem para aprendizagem, aspecto suficientemente importante para justificar a necessidade e o fortalecimento da política pública do livro didático.

Diante do exposto, retomo as reflexões de Meucci (2014) sobre essa modalidade de livro. A autora lança hipóteses sobre os usos desta publicação no país. A primeira é que, além de constituir recurso didático, pode ser a única obra de referência para professores; e a segunda é de que pode se tornar bens ignorados por professores e alunos, não compondo as relações de ensino e aprendizagem.

A autora apresenta condicionalidades compartilhadas pelos livros didáticos que permitem compreender as relações que atravessam esse objeto.

Concomitantemente os livros didáticos são mercadoria, objeto de política pública, ferramenta de ensino e aprendizagem, artefato intelectual e são marcados por uma forma de escrita singular.

Apesar das autoras e autores dos livros didáticos desenvolverem um artesanato sofisticado de composição de texto, os livros ainda são resultado de um trabalho industrial, são um produto ordinário da indústria cultural inseridos no contexto de grandes conglomerados empresariais de comunicação e entretenimento, tendo sua diagramação semelhante à de revistas desse nicho. No Brasil, essa modalidade de livro é responsável por cerca de 50% do faturamento de toda indústria editorial e o governo Brasileiro é responsável por 50% do faturamento proveniente dessa produção, o que leva a editoras produzirem livros pensando em uma aprovação possível no PNLD. Desse modo, é possível construir também a hipótese de que a política pública do livro didático impõe um modelo de qualidade que repercute em um padrão de produção a ser comercializado (MEUCCI, 2014).

É preciso destacar que, mesmo inseridos nesse contexto industrial, a finalidade imediata da existência do livro didático é instrumentalizar as relações do processo de ensino-aprendizagem, dialogando ao mesmo tempo com professores e estudantes, selecionando e indicando, segundo Maçaira (2017), um ordenamento de conteúdos e apresentando uma versão escolar de um conhecimento específico, sendo também currículo.

Meucci (2014) classifica a escrita didática como polifônica, pois se diferencia de outros gêneros (acadêmico, jornalístico e do literário), ao mesmo tempo em que demanda destes para explorar possibilidades de usos pedagógicos. Nas palavras da autora,

A escrita didática é uma operação que cria um ambiente no qual o texto base dos autores é composto por outros textos e recursos, movidos e posicionados para criação de certos efeitos específicos. Está escrita é polifônica e os autores sempre estão em diálogo com seu repertório cultural acumulado, indagando sobre as possibilidades de uso pedagógico de certo filme, obra literária, imagem ou ditado popular. (MEUCCI, 2014, p.215)

Para compor essa escrita polifônica e mobilizar seu repertório referencial que dialogue com as propostas a serem ensinadas, os autores utilizam técnicas

de escrita. E três principais foram identificadas na análise feita por Meucci (2014). A primeira é o topicalismo, que possibilita um texto estruturado e harmônico por todo o livro a partir de uma redação organizada em tópicos, demarcando o conteúdo em lugares específicos. A segunda é o nominalismo, no qual se nomeiam os fenômenos para possibilitar a compreensão de suas características, correlações e implicações, geralmente associando conceitos científicos e vida ordinária. A terceira é o contextualismo, que se apresenta de duas maneiras: assumindo o sentido de aproximar teoria e experiência ordinária; ou discorrendo sobre o desenvolvimento histórico de um fenômeno.

Esta última forma de contextualismo pode servir para uma espécie de descolamento temporal e/ou “demonstrar que a origem do fenômeno marca sua situação atual” (MEUCCI, 2014, p. 216), elucidando contingências. Nem sempre essas finalidades do contextualismo se complementam, a primeira tem sido útil para promover desnaturalização de fenômenos e a segunda implica continuidade entre passado e futuro.

Nos livros didáticos de Sociologia também é recorrente encontrar demais livros didáticos como referência, formando um círculo autorreferido que Meucci (2014) chamou de didatismo de segunda ordem. A trama relacional em que os livros didáticos estão inseridos e o conteúdo de sua escrita didática é complexa, vários interesses estão intencionados, do lucro a disputas de currículo, Maçaira (2017) aponta que ele detém um

[...] potencial como criador de discursos pedagógicos, ferramenta de recontextualização pedagógica, produto e produtor de representações sociais, revelando, portanto, uma ou mais concepções possíveis das ciências sociais como disciplina escolar em determinado tempo e lugar. Esse tipo de material revela concepções eleitas por autores e editores, compartilhada e informada pelos demais profissionais envolvidos com o ensino da disciplina. O livro materializa e registra as concepções dominantes em determinado período, seja porque ele deve se pautar pelas diretrizes curriculares ministeriais (e estaduais, no caso brasileiro), seja porque é feito para e/ou por professores atuantes na educação básica e por isso condensa práticas correntes na sala de aula, testadas e revistas no cotidiano escolar. Esse material também funciona como documento histórico, registrando as seleções didáticas difundidas no momento da publicação. (MAÇAIRA, p. 89, 2017)

Como documento histórico, produtor e produto de representações sociais, o livro didático se alinha ao currículo, pois organiza o conhecimento escolar e não está isento de relações de poder. Aqui, currículo é compreendido como histórico, relacionados a formas peculiares e contingentes da organização educacional e por vez da organização social. Essa perspectiva do currículo se insere na tradição crítica do currículo, que rompe com preocupações apenas técnicas e passa a compreendê-lo como artefato social e cultural, tendo como guia questões sociológicas, políticas e epistemológicas. (MOREIRA; SILVA, 2001) O livro é currículo oficial e ao chegar à escola passa atuar no currículo real e assume um aspecto contestado, pois o que se objetiva transmitir pode assumir diversos contornos no contexto de seu uso. No caso do livro de Sociologia, seu uso é no Ensino Médio regular da educação básica brasileira, que está distribuído em um país com imenso território e singularidades regionais.

Outro documento que compõe as relações escolares e tem como prerrogativa organizar o trabalho pedagógico relacionando ao sistema de ensino e as demandas próprias das escolas estaduais é a Proposta de Conteúdo Básico Comum – CBC de Minas Gerais. O CBC é uma matriz curricular que direciona o ensino na educação básica das escolas estaduais, a Resolução nº 2197 de 26 de outubro de 2012¹, dispõe sobre essas questões e institui que

Art. 59 Na organização curricular do ensino fundamental e do Ensino Médio deve ser observado o conjunto de Conteúdos Básicos Comuns (CBC) a serem ensinados, obrigatoriamente, por todas as unidades escolares da rede estadual de ensino. (MINAS GERAIS, 2012).

Dessa maneira é importante investigar e produzir conhecimento sobre essas modalidades de recursos curriculares para o ensino e aprendizagem. É importante frisar que esta pesquisa foi realizada em um período de modificações no Ensino Médio antes cada disciplina escolar dispunha de um CBC, organizado em eixos. O CBC mencionado, retomado pela professora entrevistada mais adiante, perdeu sua validade em dezembro de 2021, já que Sociologia deixou de

¹ Resolução que dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais, foi atualizada diante das prerrogativas de implementação do Novo Ensino Médio em 2022, as novas disposições estão na Resolução SEE Nº 4.692, de 29 de dezembro de 2021.

ser reconhecida como disciplina no Ensino Médio e agora está disponível nos os estudos e práticas de Sociologia na área de ciências humanas e sociais aplicadas.

As implementações da Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), que reorganizou essa modalidade da educação básica por áreas de conhecimento, e da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2018, está lançando grandes desafios para os professores, para compreender como por em prática algo que foi pensando sem a participação dos profissionais da educação básica e comunidade escolar. As inseguranças para a Sociologia são evidentes, se antes, com a Lei nº 11.684/08 que garantia o ensino de Sociologia nas três séries do Ensino Médio, colocava professores de Sociologia em posição de problematizar como as desigualdades na carga horária acarretam em desafios no processo de ensino aprendizagem dos conteúdos (problemática também vivenciada por outras disciplinas), os questionamentos e preocupações foram agravados, diante das incertezas sobre como a disciplina Sociologia vai ser reorganizada nesse novo contexto de políticas públicas elaboradas verticalmente e estabelecidas via atos normativos.

Bodart (2020) apresenta duas implicações que dizem respeito à manutenção da disciplina Sociologia no currículo, colocadas pela Reforma do Ensino Médio e reforçadas pela BNCC: a primeira é que agora é preciso organizar o currículo por áreas de conhecimento, desse modo Sociologia integra com outras disciplinas a área de ciências humanas e sociais aplicadas; a segunda implicação é sobre a exclusão da obrigatoriedade nominal e explícita da disciplina de Sociologia na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), passando a ser usado o termo impreciso “estudos e práticas de Sociologia”.

A recente Reforma do Ensino Médio e a BNCC de 2018 trouxeram implicações sobre a política do PNLD, que passará a disponibilizar obras de acordo com a nova organização curricular por áreas de conhecimento e objetivos de aprendizagem baseados em competências, desse modo não haverá mais o livro didático de Sociologia, mas obras por área de conhecimento a serem escolhidas pelos professores no segundo semestre de 2021. Em decorrência dos prazos de escolha os livros disciplinares do PNLD tiveram seus usos estendidos até o ano de 2021.

Mesmo com essas modificações curriculares no Ensino Médio, a Sociologia em alguma medida continuará no Ensino Médio brasileiro que é parte da escolarização que coincide com um período da juventude. Essa etapa da educação básica não deve ser pensada apenas como extensão do Ensino Fundamental ou como preparatório para o que virá após sua conclusão. Espera-se que nessa etapa com características próprias de formação seja possível ofertar os instrumentos necessários para o desenvolvimento de projetos de vida no plano individual e coletivo, para que proporcione condições dos jovens se projetarem, organizarem suas identidades individuais e coletivas (WELLER, 2014).

Os livros didáticos de Sociologia são recursos estratégicos na produção de comunicação entre a escola, conhecimento disciplinar e a as juventudes presentes no Ensino Médio. Assim levantar questionamentos sobre como fenômenos sociais contemporâneos repercutem nas diferentes juventudes pode movimentar e/ou ampliar olhares e posturas educacionais que acolham os jovens na educação básica, desde a produção de novos materiais ao uso dos recursos humanos e instrumentais já existentes para construção de sentidos na escola.

Uma vez que a maiorias dos indivíduos que cursam o Ensino Médio encontram-se na experiência da juventude, é importante evidenciar aspectos sobre essa categoria essencial para compreensões das tensões que formam o quadro do Ensino Médio e, por conseguinte, o ensino de Sociologia para jovens. Mannheim (1968), nos apresenta aspectos sobre a categoria juventude que ainda fazem pertinentes na compreensão das juventudes contemporâneas, para o autor, o significado da juventude difere de uma sociedade para outra, assim como seu potencial de integração e participação social, pois apesar de sociedades terem gerações de idade menor, como um recurso latente, dependerá da natureza da dada sociedade sua mobilização e como ocorrerá essa mobilização. Destaca ainda que a juventude não é por si só progressista ou conservadora, que seu potencial de transformação se deve a característica de não estar completamente arraigada no *status quo* da ordem social.

Para Groppo (2000), juventude também deve ser vista como uma categoria social, o que permite que seja compreendida ao mesmo tempo como representação sociocultural e uma situação social. Isso significa que não se trata

de um grupo coeso, ou uma classe, mas sim de uma concepção, representação ou criação simbólica, produzidas pelos grupos sociais ou pelos que são tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes atribuídos. E ao mesmo tempo é uma situação vivenciada comumente por uma coletividade de indivíduos. Diante do exposto, chama atenção que o critério etário é relativo.

Rezende (*apud* Groppo, 2000) sugere que o uso sociológico do termo juventude seja no plural, para abarcar a diversidade de vivências da fase da transição à maturidade, ou da também chamada socialização secundária. Evidenciando a pluralidade de juventudes existentes em cada recorte sociocultural e que seus indivíduos jovens compartilham características, símbolos, comportamentos, subculturas e sentimentos próprios que diferem de outras juventudes. Groppo (2000) evidencia que mesmo dentro do mesmo recorte sociocultural a juventude é vivida de forma diferente por cada um dos gêneros.

Nesse aspecto, Dayrell (2007) destaca a importância de olhar as juventudes pelo prisma da diversidade, se desprendendo dos critérios rígidos e acolhendo como constituinte de um processo de crescimento mais totalizante, que adquire contornos particulares no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no contexto social, que como lembra Groppo (2000), é combinada a outras categorias sociais, que também dizem de realidades sociais contraditórias, como raça, etnia, gênero, etc.

As trajetórias de vida dos jovens são atravessadas por essas categorias e marcam as formas e o tempo de transição. Desse modo, variam entre os jovens de acordo com suas experiências de vida compartilhadas, não se trata de um processo linear, bem como as concretizações das expectativas para os jovens e dos jovens não dependem apenas desses (WELLER, 2014).

Ao olhar para juventude, é preciso estar atento a essas complexidades e multiplicidades, pois não se trata de uma etapa para um fim pré-estabelecido ou fase de preparação a ser superada na vida adulta (DAYRELL, 2007). A multiplicidade que permeia as juventudes baseia-se em experiências socioculturais anteriores, paralelas e posteriores que criaram e modificaram as faixas etárias e institucionalizaram a direção da vida dos indivíduos.

É indispensável questionar as imagens arraigadas nos “modelos” socialmente construídos sobre os jovens, assim como na produção teórica é necessário se debruçar nos significados da identidade juvenil inserida no conjunto que o faz ser o que é no momento correspondente (DAYRREL, 2007). Como os jovens constroem os mais variados modos de vivenciar juventudes, é profícuo mobilizar a categoria juventude e as possibilidades de juventudes que ocupam a escola, pois é inevitável que o *corpus* escolar do Ensino Médio interaja com as juventudes e suas problemáticas. Neste trabalho, foquei na problemática da temática drogas e como ela atravessa a escola, o ensino de Sociologia e as questões com as juventudes presentes no livro didático.

Um dos temas presentes na contemporaneidade comumente relacionado aos jovens é o uso de drogas, principalmente associado a violência e ao fracasso escolar. Os modos como as escolas lidam com essa temática carecem de reflexão coletiva apoiada nos estudos existentes sobre os usos de drogas, pois não raro se impõem medidas e abordagens que não alcançam as complexidades de como esse tão referido problema social perpassa cada escola e a comunidade na qual está inserida.

A escola se tornou local privilegiado para abordar o tema drogas a partir do investimento em estratégias na diminuição do consumo, orientada na perspectiva de uma educação para a saúde desde a década de 1970, quando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) reuniu especialistas de várias partes do mundo para discutirem o assunto das drogas e a abordagem preventiva foi considerada questão mundial (MOREIRA; SILVEIRA; ANDREOLI, 2006).

No Brasil, foi adotado como principal estratégia de ação preventiva o “modelo de treinamento para resistir”, através do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), que se alinha com as políticas proibicionistas de “guerra às drogas”. A partir de palestras, o programa objetiva a redução de demanda das drogas, difundindo informações baseadas em amedrontamento e apelo moral, sob o *slogan* “diga não às drogas” sem que hajam questionamentos sobre a complexidade relacional do uso de substâncias

psicoativas, buscando apenas persuadir o estudante para a abstinência (MOREIRA; SILVEIRA; ANDREOLI, 2006).

O Proerd foi criado em 1992, tendo como referencial o americano *Drug Abuse Resistance Education* (DARE) e, assim como nos Estados Unidos, são policiais que ministram os cursos. Segundo o portal do MEC, o programa foi criado a partir do que chamaram de polêmica “drogas e juventude [...] assuntos discutidos por pais, filhos e educadores” e que policiais militares voluntários promovem as palestras em escolas públicas e particulares em parceria com os pais, comunidade e corpo escolar (BRASIL, 2010).

O modelo assumido pelo Proerd é o mesmo do projeto americano que “treinou” estudantes a partir de exercícios e atividades em sala de aula a resistir à pressão para o envolvimento com drogas advindas de pares, pela mídia e pelos genitores. Moreira, Silveira e Andreoli (2006), ao analisarem as avaliações realizadas pelo Dare, apontam que há um ganho apenas imediato na redução do uso de drogas, que não ultrapassa um ano ou mais, havendo posteriormente aumento de consumo significativo em grupos de homens negros e hispânicos. A autora e os autores sublinham que as representações simbólicas da figura policial variam de acordo com o país ou com os contextos sócio-econômicos-culturais e que no Brasil comumente não são positivas, também sinalizam que há problemáticas de adaptação cultural e as estratégias didáticas na aplicação desse modelo no país.

Segundo o portal do MEC, o programa tem como alvo estudantes do 5º ano do ensino fundamental, a partir de um curso de duração de 4 meses:

Com ênfase na prevenção ao uso de drogas, as aulas mostram ao estudante como se manter longe de más companhias, a evitar a violência, a resistir às pressões diretas ou indiretas e a sempre acionar os pais ou responsáveis quando necessário. (BRASIL, 2010)

É preciso frisar que “más companhias” não deve ser compreendida com um recurso de linguagem técnica educacional, ela individualiza a responsabilidade por questões de segurança públicas e violência, que são coletivas. Assim como não responsabiliza a escola no aprofundamento das complexidades sobre o

fenômeno do uso de drogas; na construção de estratégias de valorização da autonomia do estudante, com informações de fontes adequadas para a temática. E ainda reforça a manutenção de estigmas sobre as identidades de outras pessoas e territórios, em um país de experiências socioeconômicas tão desiguais. Desse modo individualizar a violência, como advinda exclusivamente de pessoas de comportamento desviante, assim como associá-la como consequência lógica do uso de drogas promove relações de distanciamento entre estudantes, entre professores e estudantes, que perante ao medo diante de qualquer suspeita do uso de drogas são estimulados a isolar e excluir o suspeito.

O Proerd não é o foco desse trabalho, mas é preciso levar em consideração que estudantes do Ensino Médio tiveram acesso ou ficaram sabendo do programa nas séries anteriores. E que esse modelo de palestras prescritivas continua sendo reproduzido nas escolas, mesmo quando não são promovidas pelo programa.

Frequentemente tais palestras não se preocupam com a sistematização e aprofundamentos de como a problemática constitui o cotidiano escolar, fortemente atravessado por fatores como o território em que se inserem as relações, as possíveis substâncias psicoativas, questões de classe, gênero, étnicas e raciais estruturantes da sociedade brasileira e que materializam em diversas formas na escola. É preciso assegurar minimamente uma escuta pedagógica aos jovens, para romper com a dramatização em formato de palestra sobre como esperam que estes vivam suas juventudes, falando de juventudes que não habitam aquele espaço escolar.

Assim como é importante se apropriar de categorias elaboradas por áreas de conhecimento que estão na escola, como elas sistematizam as temáticas a partir de seus modos de construir conhecimento. Afinal as ciências biológicas, a química, a história e as ciências sociais, disciplinas escolares, produzem conhecimentos sobre as substâncias psicoativas compreendidas como drogas. Igualmente se deve ser crítico sobre os currículos acadêmicos e profissionais sobre a quem é permitido entrar na escola para ensinar sobre um tema, para não continuar a receber convidados formados em um curso de curta duração de uma metodologia estrangeira para outro contexto social, ou os que proferem o

testemunho do ex-viciado e/ou salvador dos drogados, focados numa experiência singular sobre um fenômeno social tão complexo.

Outro fator que reforça que há uma preocupação sobre o uso de drogas dos jovens estudantes é a realização de pesquisa sobre uso de drogas entre escolares e as publicações editadas ou financiadas pela Unesco sobre a temática. A última pesquisa Nacional de Saúde do Escolar realizada conjuntamente pelo Ministério da Saúde e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE com apoio do Ministério da Educação, realizada em 2015, traz dados sobre o uso de drogas entre escolares. Sobre drogas ilícitas, o levantamento apresenta que o consumo cresce expressivamente com o avançar da idade, sendo maior entre jovens entre 16 e 17 anos, em relação a faixa de 13 a 15 anos o indicador aumenta em mais de 82%. O consumo de cigarro e álcool também aumenta gradativamente na progressão da idade. (BRASIL, 2016)

Como podemos ver na pesquisa elencada acima, é preciso reavaliar o Proerd como principal instrumento de abordagem sobre as drogas na escola. Apesar do programa existir no Brasil desde 1992, é visível seu fracasso diante de seu próprio objetivo de afastar jovens do uso de drogas. Porém, no dia 6 de novembro de 2019, o Ministério da Cidadania anunciou o apoio e incentivo ao programa como ação para combater o uso de drogas em todo país.

Como já mencionado, essa abordagem faz parte do proibicionismo, conjunto de políticas de exclusão e controle dos corpos, que está fortemente impregnado na formação das ideias estigmatizantes presentes na nossa sociedade sobre as drogas e seus usuários e que tem regulado a maioria das políticas públicas sobre drogas por todo o mundo. Ao refletir sobre o tráfico, guerra e proibição, Rodrigues (2008) traz que esse conjunto de políticas que se instituiu como padrão mundial para erradicar as substâncias psicoativas, “salvo pequenas e não propriamente anti-proibicionistas exceções” (RODRIGUES, 2008, p.95) não obtiveram e nem chegaram perto do objetivo de acabar com hábitos, mercados e as drogas, e paradoxalmente continua-se a exigir mais atuação dessas políticas e o estatuto da proibição segue intacto.

Já na década de 1920, médicos americanos, no contexto da lei federal Harrison, que controlava a venda de ópio e seus derivados, ao protestarem sobre

a polícia ter sido autorizada a decidir quando e as quantidades poderiam ser prescritas de certas drogas, salientaram que o problema dos narcóticos foi inventado pela proibição, com intenção de criar um estigma moral em torno do consumidor de determinadas drogas, denunciando a empreitada como danosa e inútil (ESCOHOTADO, 2004). Ao contrário, no Brasil, logo de início, os médicos assumiram importante lugar no papel moral na expedição antidrogas, imprimido cientificidade na importação dos preceitos proibicionistas, com intenção de excluir outros agentes das práticas curativas, como curandeiros e religiosos, assegurando o direito e o controle de prescrição médica (ADIALA, 2006).

As disputas das narrativas sobre as drogas enquanto problemática social são constituídas de uma profusão de interesses, mas as três formações discursivas de maior alcance social tem sido a medicalização, a criminalização e a moralização (FIORE, 2008). Em concordância, Rodrigues (2008) elucida que

Para o moralismo proibicionista, significa a difusão do “Mal”; para a classe médica e as autoridades sanitárias, o crescimento de um grave problema de saúde pública; para os estrategistas de segurança pública, a proliferação de criminosos. A um só tempo, um pecado e um crime de lesa sociedade. (RODRIGUES, 2008, p. 95)

Esses três caminhos discursivos só se separam analiticamente, comumente se confundem e se complementam nas construções de narrativas que estigmatizam usuários de droga e possuem forte engajamento midiático. Corroboram com generalizações pejorativas e dificultam discussões interdisciplinares que possam difundir e promover debates públicos sobre a temática droga em seus contextos socioculturais.

A antropóloga Rui (2014), em sua etnografia sobre usos e usuários de crack em São Paulo, ao refletir sobre a literatura das ciências sociais brasileira sobre as drogas, pondera que para realmente se aprofundar no que se chama de contexto sociocultural é preciso considerar relações desiguais e mais ou menos hierarquizantes na sociedade brasileira, implicando levar em conta as proximidades ou não com as formas de violência envolvidas,

Pois não se pode esquecer que tanto o tráfico quanto o consumo de drogas estão encapsulados por uma política proibicionista atravessada por desigualdades sociais – o que impõem fronteiras

significativas entre os grupos e implica distintos tratamentos jurídicos, díspares negociações com policiais e, ainda, diferentes aproximações com o chamado “*mundo do crime*”. (RUI, 2014, p. 38)

Rui (2014) também aponta, a partir de autores que realizaram estudos empíricos do tráfico de drogas, que mesmo havendo uma variação de abordagens, foi possível perceber que, sob a égide de um mesmo marco legal, as desigualdades brasileiras são fatores constitutivos e relevantes na compreensão das diversas concepções sobre substâncias, seus usos, os tráficos e os rótulos colocados nos participantes.

As desigualdades que perpassam as relações na sociedade brasileira, somadas às formações discursivas sobre as drogas exitosamente difundidas rotineiramente, impedem o maior alcance das narrativas das populações que estão sendo afetadas pelos contextos de violência promovidos pela “guerra às drogas”, incluindo as escolas destes territórios, perpetuam a desumanização de pessoas que tiveram suas vidas ceifadas nesses contextos, assim como das pessoas que efetivamente fazem uso de drogas.

Em outras palavras, essas narrativas promovem todo tipo de reações que tendem a apoiar as ações proibicionistas do Estado e/ou desacreditar pessoas que fazem ou supostamente fazem uso de drogas nos mais diversos contextos. De maneira que a proibição, ao fracassar em seu desígnio inicial de extirpar as substâncias psicoativas, se positivou como importante e eficaz técnica de controle e aprisionamento destinado principalmente contra pessoas negras e pobres (RODRIGUES, 2008).

As relações escolares não se desassociaam do contexto sociocultural em que estão presentes, podendo nem haver esforços para não reproduzir e perpetuar a naturalização de tais desigualdades, mesmo com a tradição brasileira de refletir sobre educação, e precisamente por ser acessível a produção do educador Paulo Freire reconhecido mundialmente por seus esforços de pensar uma educação mais autônoma e libertadora. Entretanto, não significa que não existam esforços de profissionais de educação no sentido de proporcionar experiências educativas questionadoras de narrativas homogêneas, e

transformadoras de perspectivas de projetos de coletividade, um exemplo desses esforços é o PIBID, já citado, na modalidade Interdisciplinar no projeto “Drogas na escola e a prevenção de Danos, que também contou com a participação ativa de professores da educação básica na modalidade de supervisão dos trabalhos desenvolvidos conjuntamente dentro da escola.

Mas na maioria das vezes, no tocante à temática drogas, as narrativas estigmatizantes são fortemente aceitas, arrogando aos estudantes acusados de uso de drogas rótulos que dificultam a vida escolar. Costa (2019) ao refletir sobre estudantes acusados do uso de drogas que tiveram suas identidades marcadas por atributos depreciativos no contexto da escola diz que

[...] o usuário de drogas, também no contexto escolar, é apreendido a partir de uma certa moral dominante, que situa determinadas substâncias no lugar da impureza e imoralidade/ilegalidade e, portanto, altamente depreciadas em termos de representações sociais, não sendo diferente no contexto da instituição escolar. Aqui também teremos a reprodução e legitimação de desigualdades/classificações relacionadas às diferenças entre grupos sociais, nesse caso uma categoria *outsiders* (BECKER,2008), cujo estigma presente na sociedade em geral, em grande medida é reproduzido e legitimado pela instituição escolar. Nessa ótica, as medidas extremas impostas aos estudantes desviantes podem ser melhor compreendidas enquanto ações que reproduzem e legitimam certas classificações frente à questão do uso de drogas. (COSTA, 2019, p. 61)

Desse modo, assim como as ações proibicionistas imputam ações violentas para controle de grupos sociais fora da escola, as ações da instituição escola contribuem nesse controle ao compartilhar as expectativas sobre quem é o usuário de drogas e o que deve ser feito com ele, o que habitualmente pode se torna violação do direito à educação básica, seja na exclusão explícita do direito de ir à escola ou através do rótulo de drogado, que pode levar a relações nas quais o estudante passa a ser desacreditado de suas potencialidades. Ainda sobre esse aspecto Costa (2019), ao analisar os casos de expulsão ocorridas no seu campo de pesquisa, traz que

Também na escola, cenário de propagação da cultura socialmente legitimada, veremos a reprodução de estratégias comuns na sociedade em geral, fundadas no enquadre e exclusão/ostracismo de usuários de drogas. Como indica a

medida 'ritual' imediata, expressa na apressada reunião que decide pela expulsão dos quatro protagonistas, ocorre uma espécie de purificação do ambiente e recomposição da ordem solapada. (COSTA, 2019, p. 64)

Ações como a de expulsão imediata dos acusados de uso de drogas na escola são um indício de como os profissionais de educação não acessam a interdisciplinaridade dos conhecimentos sobre a temática drogas e como acolher essas questões. E que diante de casos assim desconsideram que os processos de ensino/aprendizagem devem considerar questões apresentadas no cotidiano escolar. Contudo, as relações estigmatizantes que perpassam a escola movimentam reações diante dos jovens suspeitos e frequentemente se constituem pouco reflexivas sobre as consequências para os projetos de vida dos estudantes e tendem a romper com o direito à educação formal.

Diante do apresentado, os estudos de Sociologia do desvio de Howard Becker (2008) colaboraram significativamente para deslocar o olhar simplista do ato desviante em si para o entendimento da complexidade relacional em que o ato desviante acontece, incluindo a importância de se atentar para as reações a estes atos. O cientista social constata que o desvio é criado pela sociedade, não no sentido de estar apenas localizado nela, mas que "grupos sociais criam o desvio ao fazer as regras cuja a infração constitui desvio" (BECKER, 2008, p. 21-22).

Desse ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um 'infrator'. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal. (BECKER, 2008, p.22)

Dito isso, o desviante não é uma categoria homogênea como os estudos antes de Becker ([1961] 2008) fizeram acreditar a partir de análises que tentavam encontrar traços comuns de personalidade e situações de vida, deixando de lado muitos casos pertencentes à categoria. Para o autor, o importante é o processo que os tornam *outsiders* e o ponto crucial é que a reação dos outros nesse processo deve ser vista como problemática. Pessoas podem infringir regras e os outros reagirem como se isso não tivesse acontecido, ou não infligirem e serem acusada de terem feito e, portanto, serem rotuladas desviante. Destarte, se um ato é ou não desviante depende de como as outras pessoas reagem a ele.

Ampliar a compreensão, a partir de como usar drogas, vem a se constituir um ato desviante a partir das contribuições dadas por Becker (2008), rompe com a noção comum de que haveria algo intrínseco aos atos desviantes e que quem os pratica possui características pessoais que proporciona tais comportamentos. Com isso, é preciso problematizar as reações, os artifícios dos julgamentos e como geralmente ocorrem para a compreensão do fenômeno.

As reações nesse processo tendem a desencadear o que o Becker (2008) chama de profecia autorrealizadora. Assim, o fracasso é potencializado ou estabelecido em contato com as reações estigmatizadoras sobre o aluno em questão, que passa ser desacreditado e o estigma da droga é transferida para si, tornando o ambiente escolar hostil, afetando ou impossibilitando as relações cotidianas consideradas razoáveis para permanência na escola.

Outra importante noção para compreender esse processo de acusação e descrença imposta aos estudantes é a de estigma a partir dos estudos de Erving Goffman (2008). O autor explica que compartilhamos expectativas normativas sobre as pessoas que têm probabilidade de estar em certos ambientes sociais, o que ele chama de demandas feitas “efetivamente” sobre a identidade do outro, nesse nível chamada de identidade social virtual, que difere dos atributos que o outro pode provar possuir, ou seja, sua identidade social real. Se algum atributo dessa demanda construída em retrospecto for encontrada nessa identidade social virtual for enquadrada como indesejável e depreciativo, a pessoa será reduzida a esse atributo.

Esse atributo relacional constitui o estigma, que imputa descrédito. É preciso se atentar ao caráter relacional do estigma, pois é no contexto da relação em questão que o atributo pode constituir ou não um estigma (GOFFMAN, 2008). Ser descoberto como usuário de drogas na escola incorre em todos os atributos depreciativos das substâncias psicoativas serem transferidas para o estudante que a usa, reduzindo-o ao “drogado” e as expectativas negativas das narrativas compartilhadas em retrospecto passam a ser vista como integrante de sua identidade, gerando descrédito e negando a integralidade do outro.

Podemos perceber, diante do explicitado, que o fracasso escolar associado ao uso de drogas, quando investigado cientificamente, permite que sejam vistos

aspectos negligenciados pelas abordagens escolares que, no momento de lidar com as situações, se avultam em crenças e não se atentam para o aparato técnico construído em educação e saúde sobre acolher demandas biográficas dos escolares e comunitárias onde a escola se insere e garantir acesso a esses serviços na prevenção de violação de direitos e atenção às vulnerabilidades sociais.

Com isso não espero que as substâncias psicoativas sejam consideradas inócuas, mas que as relações em torno delas sejam vistas em suas complexidades e que a discussão não gire em torno apenas dos possíveis efeitos farmacológicos, mas seja entendida dentro das dimensões sócio-históricas num sentido mais amplo, e no sentido mais particular como são atravessadas nas práticas culturais. Contribuindo, assim, para que mais jovens sejam acolhidos em suas demandas no local onde passam um tempo significativo de suas vidas - a escola.

Como mostra Escotado (2004), em a “História Elementar das Drogas”, um livro resumo do seu estudo intitulado a “História Geral das Drogas”, se desconhece sociedade sem o registro da presença de substâncias psicoativas. Então, sabe-se que boa parte dos jovens entraram em contato que essas substâncias, que no atual cenário brasileiro pode trazer diversas imbricações para suas histórias de vida. Perante ao insucesso da “guerra às drogas”, em sua finalidade de diminuir a oferta e prevenir esse contato com substâncias psicoativas, é preciso proporcionar às juventudes conhecimento sobre o tema droga baseado em estudos respaldados pelo caráter científico da produção de conhecimento sociológico e de outras áreas de produção científica que rompam com o modelo midiático de educação que proporciona terror, violação de direitos e corrobora com o genocídio das pessoas negras e pobres, visando constituir espaços de formação para os alunos como sujeitos reflexivos e capazes de discernimentos sobre suas ações.

Diante do exposto, olhar para o ensino de Sociologia através do livro didático e no diálogo com uma professora licenciada em ciências sociais, mobilizando categorias como drogas e juventudes, faz-se necessário para amplificação sobre o debate sobre o ensino da disciplina na educação básica,

sobre como seus conteúdos dialogam ou não com as juventudes que ocupam a escola. Boa parte da socialização juvenil se dá na escola, a as drogas são consideradas um problema que assola o país e adentram as relações escolares. Dayrell (2007) destaca que a relação da escola com a juventude não se explica em si mesma, é permeada das relações que também estão além dos muros. Nesse sentido, Carrano (2008) coloca que há uma incomunicabilidade entre os sujeitos escolares, a instituição escolar e seus profissionais, dando continuidade ao desconhecimento sobre os espaços culturais e simbólicos que os jovens vivenciam.

Assim, elucida que proporcionar um aumento no campo da reflexão a respeito desses processos na formação das subjetividades é um desafio para educadores. E que o centro das práticas educativas deve ser uma educação que os sujeitos reconheçam a si mesmos e os outros, a escuta se insere como uma ferramenta profícua diante dessas intencionalidades, mas para que haja escuta o educador precisa olhar para sua própria identidade e estar disposto a se relacionar com as diferenças e romper com as desigualdades (CARRANO, 2008).

1.2 Costurando o caminho metodológico

Considerando que as questões desta investigação buscam compreender os significados de juventudes e do fenômeno das drogas no âmbito do ensino de Sociologia na educação básica e de um livro didático, aprovados no Plano Nacional do Livro Didático – PNLD, essa é uma pesquisa de caráter qualitativo. Desse modo, concordo com a antropóloga Miriam Goldenberg ao reforçar que

Na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc. (2004, p.14)

Nesse percurso, explicitar os passos da pesquisa é profícuo para o leitor compreender como se deu a construção dos resultados. As diversas tradições de pesquisa qualitativa romperam com a necessidade de generalizações definitivas e a suposta objetividade obtidas através de métodos das ciências da natureza. E desenvolveram uma gama de metodologias qualitativas de trabalho de campo e

análise de documentos. Sendo assim, afasto-me de uma Sociologia que se pretendia neutra em seu início, com resultados estatísticos, que se removia as particularidades para se construir generalizações a respeito de determinado grupo, ou fenômeno social, reivindicando homogeneidade social, pois como afirma Goldenberg (2004, p. 46),

É precisamente quando se pretende uma objetividade absoluta, quando se crê ter recolhido fatos objetivos, quando se eliminam dos resultados da pesquisa todos os traços da implicação pessoal no objeto de estudo, que se corre mais risco de se afastar da objetividade possível. (GOLDENBERG, 2004, p.46)

É preciso observar que a totalidade que se pretende estudar é uma abstração científica que foi construída diante de uma questão de pesquisa, ter isso em vista é importante para não ter a ilusão que o objeto de pesquisa tem limites intrínsecos (GOLDENBERG, 2004). O campo aqui ganha contornos a partir do objetivo geral e específicos estabelecidos previamente, modo recorrente de se iniciar um percurso de produção de conhecimento. Sendo assim, na pesquisa qualitativa não seria diferente no processo de escolha dos enfoques sobre o objeto a ser investigado. Coaduno então, que

A totalidade de qualquer objeto de estudo é uma construção do pesquisador, definida em termos do que lhe parece mais útil para responder ao seu problema de pesquisa. É irreal supor que se pode ver, descrever e descobrir a relevância teórica de *tudo*. Na verdade, o pesquisador acaba se concentrando em alguns problemas específicos que lhe parecem de maior importância. (GOLDENBERG, 2004, p.51)

Desse modo, a edição do livro didático analisado, a entrevista realizada com a professora de Sociologia da educação básica, somados aos objetivos delineados, já expostos na introdução, constituem a totalidade do objeto de estudo analisado. O livro didático constitui um documento produzido dentro de relações de processos educativos institucionais perpassados por algum nível de disputa do que deve ser ensinado nas escolas, e, assim, nos dá indícios de problemáticas potencialmente vivenciadas nesse contexto.

O livro didático de Sociologia, recontextualiza os conteúdos das ciências sociais para o Ensino Médio por todo o país, dentro das normativas de editais governamentais. Desse modo, os livros aprovados não diferem radicalmente um

dos outros, mas ainda assim são obras autorais de pessoas que investiram em escolhas sobre a totalidade dos conteúdos a serem estudados e em como os conteúdos deveriam ser trabalhados. Também têm em comum os aspectos e a formatação atrativa para a indústria cultural do livro, inclusive esta última característica compõe seu potencial de engajamento do uso dos livros nas relações de ensino aprendizagem pelos estudantes. O segundo documento analisado neste trabalho nos revela uma dimensão das expectativas institucionais sobre o que se deve ser recontextualizado nas escolas, elencados pela própria administração das políticas públicas educacionais. O CBC carrega a expectativa do ensino destes conteúdos em todas unidades de ensino de Minas Gerais, diante de sua obrigatoriedade.

O caráter de inclusão do livro didático na pesquisa foi o fato de ser utilizado pela professora entrevistada e ter sido aprovado no PNLD, ver quadro 1. Foi realizada a primeira leitura do livro didático e posteriormente a entrevista. O CBC foi incluso após ser mencionado na entrevista episódica.

A entrevista episódica foi o método escolhido para a construção de dados. É uma técnica que permite a construção de compreensões sobre contextos situacionais concretos que estão ligados a sentidos mais amplos socialmente. De tal modo convocar a entrevistada a olhar para experiências de sua prática pedagógica faz com que ela elabore narrativamente as situações vivenciadas imbrincadas das contextualizações que se partilha coletivamente sobre o assunto. (FLICK, 2002)

A entrevista episódica é um método que torna possível a construção de dados sobre um conhecimento que faz parte do dia a dia da pessoa entrevistada sobre um tema amplo em questão, permitindo a construção de comparações entre diversos grupos sociais e suas representações sociais sobre a temática. Para Flick (2002) a entrevista episódica deve cumprir alguns critérios, são eles:

[...] combinar convites para narrar acontecimentos concretos (que sejam relevantes ao tema em estudo) com perguntas mais gerais que busquem respostas mais amplas (tais como definições, argumentação e assim por diante) de relevância pontual; [...] mencionar situações concretas em que se pode pressupor que os entrevistados têm determinadas experiências; [...] ser suficientemente aberta para permitir que o entrevistado selecione

os episódios ou situações que ele quer contar, e também para decidir que forma de apresentação ele quer dar (uma narrativa ou uma descrição). O ponto de referência deve ser a relevância subjetiva da situação para o entrevistado. (FLICK, 2002, p. 117)

As perguntas iniciais foram elaboradas em consonância com as indicações de Flick (2002), diante das respostas foram elaboradas perguntas no momento da entrevista, que podem ser conferidas no apêndice deste trabalho. A entrevista foi realizada virtualmente via streaming, o Discord. A categorização da entrevista e da análise das categorias elencadas a partir da leitura do livro didático foi compreensiva-comparativa na perspectiva apresentada pelo sociólogo Daniel Bertaux (2010) nas leituras dos conteúdos semânticos das entrevistas biográficas. A perspectiva utilizada nessa pesquisa, originalmente, foi utilizada para análise dos textos das narrativas de vida, porém considero ser um caminho profícuo para a investigação em livros didáticos, por ter uma preocupação com a percepção de recorrências de conteúdos semânticos, que dizem de fenômenos sociais e possibilitam construção de categorias analíticas para compreensão de um objeto de estudo.

O autor traz que a cada leitura do texto novos conteúdos semânticos são percebidos e esse processo de percepção figura no centro do método hermenêutico, assim como o princípio essencial que afirma que “as significações de um texto se situam no encontro de dois “horizontes”, o do sujeito e do analista. O que está além do horizonte do analista não pode ser percebido por ele” (BERTAUX, 2010, p.107). Bertaux (2010) soma a isso a imaginação e o rigor como prerrogativas da análise compreensiva, sendo a imaginação o que permite uma representação mental e discursiva das relações e processos que compõem os fenômenos em questão. Em suas palavras,

É pelo trabalho de sua imaginação sociológica que o pesquisador mobiliza os recursos interpretativos dos quais dispõem, que ele ativa o conjunto do espaço cognitivo situado no interior de seu horizonte. (BERTAUX, 2010, p.108)

Bertaux (2010) traz ainda que, na análise compreensiva, um dos principais desafios é identificar palavras que se referem a um mecanismo social que marca experiências de vida, considerá-las indícios e questionar sua significação

sociológica, tornando possível acessar entendimentos ao que se referem no mundo sócio-histórico. Desse modo, sendo os contextos sociais construídos sociologicamente, os processos sociais são concebidos como encadeamentos possíveis de ações e de interações de atores em uma situação.

A pesquisa se torna comparativa na confrontação dos dados construídos a partir de diferentes fontes, estes dados podem ser elaborados progressivamente, até se tornarem uma formulação sociológica. Para Bertaux (2010) essa formulação permite evidenciar como a questão estudada se insere no interior do objeto de pesquisa. Para o autor é possível perceber, nos percursos biográficos, recorrências das mesmas situações lógicas de ações semelhantes que produzem efeitos que remetem a “um mesmo mecanismo social ou um mesmo processo”. (BERTAUX, 2010, p.121) A construção teórica, dos mecanismos sociais, se dá pelo questionamento sobre aquilo que faz a coerência de uma categoria, que designa a questão investigada.

Dessa maneira essa pesquisa almejou identificar como a temática drogas está presente na prática pedagógica de uma professora de Sociologia e como se insere no cotidiano de sua escola, sem aspirar a generalizações, mas com o intento de refletir como um tema recorrente em nossa sociedade se apresenta no campo investigado. Apesar das particularidades elencadas nesta pesquisa os resultados apresentados no próximo capítulo podem contribuir para que professores de Sociologia e outros educadores complexifiquem o olhar sobre suas práticas em diversos contextos quando a questão das drogas chega como demanda para a escola.

3. DROGAS NA ESCOLA: considerações acerca das práticas pedagógicas no ensino de Sociologia e a abordagem no cotidiano escolar

É preciso frisar que vivemos um momento de construção de outros olhares sobre as substâncias psicoativas, para além dos círculos de pesquisa acadêmica, mais especificamente sobre a cannabis, porém ainda predomina, tanto na circulação de narrativas midiáticas quanto na acadêmica biomédica, uma investida em dissociar os seus compostos químicos delta-9-tetra-hidrocanabinol, o THC do Canabidiol, o CBD. Essa separação serve as tentativas de legitimar do uso terapêutico do CBD, constituindo assim uma escolha política para popularizar o CBD distanciando-o da droga maconha e de toda narrativa pejorativa que a acompanha. Caetano (2021), em sua dissertação em antropologia, pensa a partir do debate sobre cannabis no Brasil as controvérsias que contornam os procedimentos científicos e regulatórios e elenca:

A criminalização e o olhar rígido sobre substâncias psicoativas contribuíram para que estas se desvinculassem de seu sentido farmacológico original, colocando-as num espaço negativo. Este processo está intrinsicamente ligado ao olhar de preocupação ao uso de THC, tanto de forma terapêutica quanto “recreativa”. O Canabidiol, por não se encaixar nesses efeitos, tem o seu potencial terapêutico ressaltado e elevado. [...] O Canabidiol, neste sentido, aparece vinculado a ideia de esperança, muito presente nos discursos de ativistas e pacientes que recorreram ao seu uso. (CAETANO, 2021 p. 66-67)

A criminalização fez com que algumas substâncias sejam consideradas em termos de drogas e mesmo quando uma delas apresenta um potencial terapêutico, esse deve ser separado de seu potencial recreativo, que comumente é associado um prazer obtido artificialmente, por isso negativo e demonizado. Dessa maneira, Caetano expõe:

Como dito anteriormente, os olhares negativos sobre a maconha parecem recair mais fortemente ao THC. Nos artigos científicos considerados neste trabalho, é comum os próprios autores ressaltarem o caráter do THC como responsável pelos efeitos psicoativos – e com isso perigosos – do uso de maconha, comumente ressaltando que o Canabidiol não causa tais efeitos. [...] o Canabidiol acaba se construindo como “salvador”, enquanto o THC é, muitas vezes, descrito como vilão. É interessante notar ainda que, muitas vezes, ao falar dos efeitos psicoativos

associado a outras drogas, não é o nome “maconha”, “marijuana” ou “Cannabis” que aparece, mas sim THC (CAETANO, 2021 p. 68)

O exposto sobre a cannabis exemplifica a dificuldade de olhar as substâncias psicoativas ilícitas em sua integralidade, seja dos efeitos farmacológicos aos seus usos sociais e históricos. A memória coletiva construídas sobre as drogas está fundada nas narrativas amedrontadoras do proibicionismo. Assim o reconhecimento do uso ancestral da cannabis para o cuidado, ainda está em disputa, assim como o olhar que não reduza a estigmas o usuário de maconha. Todo esse debate em torno do uso de CBD e outros usos da cannabis tem menos adesão nas escolas do que a difusão do proibicionismo. Concordo com Costa quando diz:

Não nego o fato de estarmos presenciando transformações significativas em relação aos julgamentos de valores relacionados ao consumo dessa substância. Vozes provenientes de distintos nichos – coletivos de usuários; médicos entusiastas e grupos de pacientes e responsáveis submetidos a tratamentos variados, no combate a distintos adoecimentos, a partir do emprego da substância in natura ou alguns dos seus compostos; agentes da lei denunciando os limites do proibicionismo. Esses movimentos inclusive buscam influenciar os arranjos jurídicos, a ponto de se propor a discriminalização dessa droga, com processos tramitando na corte suprema. Contudo, nos contextos observados, usar maconha (ou não), vir a ser rotulado como maconheiro ainda se relaciona a imputações de irresponsabilidade, irracionalidade, propensão ao crime, violência e marginalidade, mas também a doença, e formas de degradação e incapacidade psíquica e intelectual (COSTA, p.32, 2019)

O principal local de contexto observado, mencionado por Costa, é a escola de educação básica pública, e como mencionado anteriormente, a escola é considerado um lugar privilegiado para tratar da temática drogas, porém a atenção ao estudante usuário ou suposto usuário e outras questões relacionadas habitualmente são pautadas ou planejadas numa perspectiva proibicionista, ignorando ou resistindo a dialogar com as pesquisas acadêmicas sobre essa temática, produzindo um ambiente comumente atravessado por expectativas de inépcia cognitiva ou desconfiança da iminência de episódios de violência, dessa forma os jovens estudantes que não reproduzem o proibicionismo não têm suas

experiências com a temática problematizadas e complexificadas no ambiente escolar.

3.1 A escola tem algo a dizer e quer ouvir sobre as drogas, desde que não seja um diálogo com a professora de Sociologia

A entrevistada considera que a temática das drogas é presente na escola onde é professora: na semana de prevenção às drogas no calendário escolar; quando os estudantes demonstram que possuem informações sobre o uso de drogas, por experiência de uso ou compartilham de narrativas proibicionistas; quando os demais professores elaboram e orientam trabalhos escolares e posicionamentos proibicionistas.

Na perspectiva trazida pela entrevistada, o proibicionismo e o senso comum aparecem interligados nas abordagens dos demais docentes, com exceção dos relatos sobre o posicionamento de um professor que durante uma palestra na semana de prevenção das drogas e no momento em que estudantes da turma de terceiro ano, da professora entrevistada, apresentaram argumentos baseados em textos sociológicos e quando a professora de Sociologia menciona o CBC, o Conteúdo básico comum, de Sociologia no Ensino Médio da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Os demais episódios descritos são qualificados em termos elaborações fundadas de “senso comum” e diversos elementos constitutivos do “proibicionismo”, como por exemplo “a guerra as drogas” e o “estigma” sustentados nestas narrativas. Sobre a presença da temática na escola que leciona, a professora entrevistada afirma que:

[...] de muitas formas [...], familiares que são usuários, quanto de próprios estudantes que também são usuários e que faziam piada desses momentos que eu relatei mais cedo [se referindo a palestra de prevenção das drogas tratada a seguir], eles mesmo ficavam tirando onda dessa coisa de fumar um e depois está aplicando alguma coisa na veia, eles ficavam bem meio que sem entender a relação rápida. (PROFESSORA DE SOCIOLOGIA, entrevista episódica, 2022)

A professora relata que ao saber da existência de uma semana para a prevenção das drogas no estado em que trabalha presenciou o resultado das atividades elaboradas pelos estudantes sob orientação dos professores, antes da

pandemia de Covid-19, considera que “eles trabalharam totalmente no senso comum”.

Foram vários tipos de atividades, e um dos vídeos era senso comum: “uma pessoa bebe e vai fumar um, aí do nada a pessoa tá aplicando uma injeção na veia”, aí eu fiquei, “meu Deus como é isso? Nem heroína tem no Brasil direito, como essa associação é feita? Assim tão rápida.” Outras coisas: é que a pessoa bebeu e estava violentando outras pessoas, ou fumou e estava roubando, enfim esses tipos de associações que são de senso comum e que são muito rápidas de serem feitas. E aí eu fiquei chocada porque eu acho que do meu Ensino Médio pra cá já são mais de dez anos e eu achei que algumas coisas tinham sido modificadas, mas não, o senso comum está lá, presente e muito forte. (PROFESSORA DE SOCIOLOGIA, entrevista episódica, 2022)

A abordagem relatada corrobora com narrativas proibicionistas que associam substâncias psicoativas a delinquência e ignoram os diferentes contextos de uso, as variedades de uso e de interações com o sistema nervoso central causados pelas diferentes drogas. Reforçando, assim, o quadro clássico no qual a variedade de efeitos das drogas se restringe apenas à sua intensidade, que está ligada a uma compressão de controle da pessoa que as usa, reproduzindo que uma droga leva ao uso de outra até chegar a mais intensa e controladora, supostamente a pior de todas.

A professora de Sociologia relata que acessou trabalhos elaborados no contexto da disciplina de química, “acho que tinham coisas interessantes também, alguns [cartazes] contando as histórias das substâncias, de como elas foram feitas e tal”, mas também haviam os cartazes que continham apenas os nomes das drogas, a fórmula química e que esses dados não foram qualificados dentro de uma explicação do processo bioquímico das substâncias no organismo humano, mas sim com uma mão indicando o “não use”, imagem propagada largamente na mídia brasileira. Saback (2012) nos indica que a mídia contribui com a lógica dualista de abordar a questão das drogas, desse modo, para alcançar compreensões críticas sobre o fenômeno é preciso construir o acesso a multiplicidade de conhecimentos que não incorram no viés reducionista e moralista. Diz que:

Em se tratando de drogas, além dessa lógica dual, de reafirmação ou negação, com base nas ideologias difundidas por meio da mídia, é importante incentivar reflexões críticas sobre a questão,

a partir da criação de espaços de discussão que facilitem o desenvolvimento de interfaces entre tantos e diversos discursos sobre a droga, para que o sujeito possa construir um saber e um posicionamento crítico referente à questão. Para tanto, porém, é necessário abordar o fenômeno das drogas em sua multiplicidade, descartando a velha forma reducionista, ou seja, a partir da divulgação de informações que abarquem as muitas dimensões envolvidas neste fenômeno e construindo debates e discursos segundo uma visão multidimensional, baseada em aspectos reais e não em mitos e moralismo. (SABACK, 2012, p. 292)

A professora de Sociologia demonstra suas expectativas sobre como outra disciplina escolar poderia abordar a temática, como no caso da disciplina de química na educação básica, ela considera que deveria ter sido elaborada numa perspectiva de uma recontextualização pedagógica vinculada a questões próprias e possíveis de explicação no âmbito dos conteúdos da disciplina e não a reforçar narrativas proibicionistas:

Eu pensei que era uma matéria que poderia trazer o componente químico ali colocado, e de forma a discutir esse componente químico que acho que é interessante, [...], se é alucinógeno, se é depressivo, essas coisas que a gente quimicamente sabe, eu achei que isso seria colocado no cartaz, mas não foi. (PROFESSORA DE SOCIOLOGIA, entrevista episódica, 2022)

A construção de atividades escolares com o *slogan* “não use”, sem investigar o local que ocupa socialmente, pode desencadear constrangimento aos estudantes que apresentarem dúvidas sobre efeitos farmacológicos, ou que possuam experiências próprias de uso ou de convívio com usuários de drogas que diferem do enunciado. A repetição deste tipo de material sobre as drogas, sobre como são considerados os acusados de uso de drogas está na memória escolar e continuamente o conhecimento biográfico dos jovens não é considerado ou problematizado no processo de construção e vivências destas atividades na prática pedagógica escolar.

Soma-se a isso que os outros momentos para abordar a temática não são construídos para o diálogo, geralmente assumindo a forma de palestras com convidados cuja formação não é de especialista em drogas e não depende de uma trajetória acadêmica do estudo da temática como fenômeno social, e sem pretensão de estabelecer uma comunicação no campo educacional entre

profissionais da escola, estudantes e comunidade. Ao contrário, as palestras assumem contornos prescritivos que sinalizam intenção de controle sobre as pessoas que usam drogas. A entrevistada avalia que mesmo em outras políticas públicas, além da escola, não há garantias de aprofundamento sobre o fenômeno do uso de drogas no Brasil, sobretudo num cenário de retrocessos onde os poucos ganhos nas políticas públicas sobre redução de danos estão sendo cerceados. Em suas palavras, a entrevistada explica que

[...] é uma temática que traz muito senso comum, é uma coisa que a partir de políticas públicas mesmo que se elabora esse senso comum, as próprias propagandas elaboram o senso comum, as políticas estaduais, as políticas federais, elas tendem a ter o senso comum, a gente teve uma abertura, mas que agora, enfim... Que essas casas de comunidades terapêuticas recebem muito mais verba hoje do que os próprios caps [...] (PROFESSORA DE SOCIOLOGIA, entrevista episódica, 2022)

Comunidades terapêuticas - CTs são instituições de caráter asilar, que recentemente voltaram a ganhar força política e angariar recursos públicos para sua manutenção, esse movimento ocorre sem grandes questionamentos sobre a precarização dos serviços substitutivos das Redes de Atenção Psicossocial - RAPS. O Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas apresenta o resultado do perfil geral das propostas de atenção das CTs:

Todas as 28 comunidades terapêuticas visitadas informaram basear a atenção oferecida no modelo de abstinência e cada uma delas fez referência a práticas religiosas, seja com base em uma religião específica, seja pela atuação em torno da espiritualidade de modo mais geral, inclusive pelo uso de metodologias que incluem essa perspectiva. Do total, 27 informaram utilizar “laborterapia”. A recorrência dessas práticas torna possível afirmar que esses três elementos – aliados ao isolamento do convívio social já caracterizado nos itens anteriores – conformam o cerne daquilo que pode ser chamado de propostas de atenção pelas comunidades terapêuticas. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018, p.74)

Proposta de atenção nesse âmbito é utilizado para as práticas das CTs, pois se afastam das metodologias de cuidado, não se configurando práticas de tratamento, numa perspectiva de saúde uma vez que “os projetos não são formulados com base técnica, teórica ou científica e não partem das

singularidades de cada pessoa, conforme se prevê nas normas da área [...].” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018, p.74)

No setor educacional os representantes de instituições religiosas também encontram acolhimento, como relatado pela entrevistada que considera que isso ocorre por reforçar o que o público já pensa sobre as drogas e quem faz uso delas, sem causar incômodos a maiorias dos presentes nem os convocar a complexificar o olhar sobre a temática, a entrevistada indica que

[...]o que ele estava trazendo, o pastor, é muito palatável, é muito mais saboroso, porque ele está fortalecendo o senso comum, e se você fortalece o senso comum não tem muito o que você entrar em conflito, quem estava em conflito era eu. (PROFESSORA DE SOCIOLOGIA, entrevista episódica, 2022)

Assim, as intervenções na maioria das vezes aceitas nesse contexto devem ser feitas ao final, preferencialmente consonantes, cabendo os testemunhos de estudantes ex-usuários, agora livre das drogas, salvos e prontos para serem inspirações para os demais. Essa performance fornece aos profissionais a noção que lidaram com o assunto, eximindo-os de lidar de outras maneiras com as outras trajetórias de uso que podem carecer de cuidado. Costa (2019) ao refletir sobre como a escola trata o “problema das drogas” diz que esse é abordado em ocasiões excepcionais, atendendo a demandas eventuais e elenca os enredos adotados na maioria das vezes:

1º) é preciso que tenha acontecido algum caso de uso ou suspeita/acusação de consumo entre estudantes; 2º) caso se confirme a transgressão, de um lado os autores precisam ser punidos exemplarmente, não raro com a expulsão, do outro, como forma de confirmar a ‘prevenção’ do corpo discente contra o mal da droga, convoca-se um ‘especialista’ para abordar o tema em uma palestra. Essa ‘sumidade’ no assunto, que pode ser um ex-usuário ou mesmo algum agente policial, no geral organiza a sua exposição no sentido de situar os estudantes, plateia passiva, quanto aos ‘perigos’, ‘problemas’, ‘agruras’, ‘ruínas’ e ‘destruição’ inevitáveis, caso o indivíduo sucumba aos ‘encantos’ das drogas. Segue a lógica de que seria possível prevenir o uso de drogas, como se previnem as doenças infecciosas ou acidentes, simplesmente através da ‘pedagogia do terror e do medo’. (p.223)

Esse conjunto de posturas e ações torna evidente que nem tudo que é considerado problema social, que atravessa a escola, é de fato acolhido de forma complexa no currículo vivenciado. Podemos perceber que o modo como vem

sendo abordada a temática das drogas nas escolas não condiz com a expectativa de que essa instituição de ensino seja um local de aprendizagem, com as devidas recontextualizações, dos saberes sistematizados no campo científico.

Revela-se também como ainda é um desafio sustentar uma escuta direcionada ao estudante e construir respostas que proporcionem vínculo com a escola e produzam sentidos sobre sua existência no território em questão. Dayrell (2003) ao refletir sobre a homogeneização ser ainda a lógica que se sobressai nas escolas, aponta que a pessoa que frequenta a escola pode ser reduzida apenas a condição de aluno, ocorrendo que

Reduzidos a essa condição, os alunos são massificados, pois não se levam em conta as especificidades das experiências que vivenciam e as demandas e necessidades próprias geradas pelas diferentes realidades onde estão inseridos. A escola pouco conhece o jovem que a frequenta, a sua visão de mundo, os seus desejos, o que faz fora da escola, como ocupa o tempo livre e as expressões culturais com as quais se envolve. (2003, p.186)

A escola pode conhecer pouco das juventudes presentes, porém para planejar ações se supõem saber algo. Faz parte das atribuições profissionais a construção de conjecturas sobre quais são suas demandas de trabalho e como dar algum encaminhamento a elas, principalmente quando lidam com rotinas de trabalho com pouco espaço para instrumentalizar construção de dados da realidade próxima e buscar soluções com protagonismo coletivo. Porém essas proposições são possíveis diante dos saberes da formação profissional que nos dão pistas sobre por quais caminhos podemos ir diante de uma questão.

Desse modo insistir repetidamente numa mesma abordagem fundada em narrativas majoritariamente acessadas por discursos midiáticos em torno de violência e segurança pública, ou pelo cunho religioso e não se aprofundar o porquê se faz a ligação desses campos tão facilmente com as pessoas que fazem uso de drogas difere do que seria razoável produzir de conjecturas sobre a temática para profissionais com formação na área de educação.

A interlocutora deste trabalho, professora de Sociologia, participou de uma palestra proferida por um pastor, como atividade escolar da semana de prevenção de drogas na escola, realizada online em 2021, devido a pandemia. O evento contou com o público de profissionais de educação da escola e todos os

estudantes foram convocados a estarem presentes, do ensino fundamental ao médio. Relata que o convidado chegou a “falar de acolhimento”, mas considera que o evento ocorreu numa perspectiva “proibicionista”, “não use, que você não sabe o que vai acontecer”. O palestrante se apresentou como assistente social que realiza um trabalho na igreja, no presídio sobre questões de drogas, mas na apresentação escrita estava como pastor. Se colocou como especialista diante de sua trajetória de trabalho na igreja, no presídio com quem usa crack, que sabe o que é RD, mas não concorda.

No que diz respeito a experiência coletiva do uso de drogas podemos inferir possibilidades do que pode ocorrer, principalmente sobre as reações a descoberta do uso, diante do arcabouço de conhecimentos interdisciplinares sobre o fenômeno dos usos e abusos de drogas em diversos contextos, produzidos por meio de pesquisa. E mesmo o palestrante afirmando “não use, que você não sabe o que vai acontecer”, ele explanou a partir de sua experiência o que vai ocorrer. O trecho “você não sabe o que vai acontecer” poderia em um exercício de imaginação fazer sentido se fosse dirigida a alguém especificamente, diante de uma escuta individual que se levasse em conta a singularidade da pessoa que faria o uso, mas o “não use” não poderia constituir como devolutiva profissional ética de uma escuta, ou mesmo de uma palestra, endereçada a uma coletividade, sobre os desejos de outra pessoa, pois encerra o assunto sem convidar o público para refletir sobre responsabilidades diante de uma questão e cerceando a autonomia de uns. Como reflete a entrevistada, há a imputação dos objetivos religiosos do próprio pastor, que não dialoga necessariamente com as demandas e complexidades do contexto e das escolhas da pessoa que é alvo da intervenção:

[...] uma coisa que ficou muito clara quando o pastor estava falando... que é algo que eles querem, a conversão, o pastor só falando “inclusive eu fiquei muito feliz quando um usuário meu deixou de usar substância, mas não quis seguir em Deus” e você fica sim, “então o primeiro momento é deus”, se você fica muito feliz, muito contente parece que aquele sentimento ali não era pra

existir aparentemente. (PROFESSORA DE SOCIOLOGIA, entrevista episódica, 2022)

Desse modo, a imputação de que todos os estudantes devem recusar o consumo ou a experimentação de drogas advém de desejo de controle social, que corrobora com o proibicionismo e nega a construção de um espaço de acolhimento e diálogo em uma relação de ensino e aprendizagem no âmbito escolar. A ausência da produção de momentos educativos e dialógicos que preconizam a participação dos estudantes e possibilitem a recontextualização da temática de forma interdisciplinar e com as contribuições da bioquímica, da farmacologia, da neurologia, da psicologia e das ciências sociais sobre as substâncias psicoativas e seus consumos, dificulta a conexão com as juventudes presentes para produzir aprendizagens significativas e cientificamente embasadas.

É importante atentar que frequentemente os conhecimentos das ciências da natureza que se popularizam sobre como acontecem os processos das substâncias no corpo humano é contextualizada no senso comum sem levar em conta que eles ocorrem em um ser de relações sociais complexas que incidem integralmente na vida.

Como abordado anteriormente neste texto, não se trata de dizer que drogas são inócuas, mas de questionar como um espaço onde quase a totalidade de profissionais passou por uma formação de nível superior aceita que os estudantes da instituição sejam submetidos a conhecimentos gerados em uma experiência individual que coaduna com discursos repressivos, morais, patologizantes e que contribuem no cerceamento da autonomia de pessoas. Começando pela privação que os estudantes acessem conhecimentos que não reduzam as diversidades de substâncias psicoativas a categoria droga, que desnaturalize essa categoria, que não se universalize os efeitos de substâncias que agem de formas tão diversas no sistema neurológico central.

A professora de Sociologia entrevistada considera que o momento que mais a mobilizou com a questão das drogas desde que está na escola, como professora, foi a palestra na semana de prevenção de drogas na escola:

Essa situação me mobilizou porque durante a palestra o pastor, e que isso fique bem claro, o pastor, ele vem trazendo a temática de uma forma que no primeiro momento ele vai explicando as substâncias e tal, mas aí começam os estereótipos da pessoa que está ali, tá usando e que está se acabando, ele nem usava uma pessoa, era ali um bonequinho lá, muito doido, o bonequinho ia ficando cinza, preto, sei lá como era aquilo, o bonequinho ia ficando como se estivesse morrendo a partir do uso, era um bonequinho inclusive que vivia cheirando as coisas, aí desse cheirar as coisas ele ia adoecendo, é até engraçado. (PROFESSORA DE SOCIOLOGIA, entrevista episódica, 2022)

A professora entrevistada se colocou diante do enunciado pelo palestrante, nesse momento relata que sentiu desamparada, “sozinha”, apenas um outro professor corroborou com suas colocações e o restante dos profissionais a constrangeram, reduzindo sua participação a “interrupção” da palestra como algo negativo, o que levou ela a considerar ter se equivocado em uma fala precipitada, e em regressão avalia que poderia ter anotado os argumentos do palestrante e no final contrapô-los. Mas ponderou também que no momento pensou que se tivesse deixado para depois as pessoas não teriam mais entendimento do que ela estava retomando e os estudantes já teriam deixado a “sala de aula” e o debate se perderia. Então ela “interrompeu” para explicar o que é instituição social, após o pastor afirmar que as drogas são uma instituição social devido haver pessoas que as “defendem” e também para falar da política de drogas e outras “coisas”.

Afirma que ao expor seus argumentos se sentiu “praticamente só” no espaço e menciona a importância de um colega professor ter se colocado também de forma contundente e permitiu que ela “respirasse”, pois sua fala a “ajudava” e colaborava na perspectiva que ela estava pautando. Enfatiza o quanto se sentiu só ao pautar a questão das drogas a partir de sua área de formação, as ciências sociais, diante da discordância de praticamente todos.

Como estamos refletindo sobre recontextualização pedagógica, considero importante para além de olhar para o conteúdo, pensar o formato de exposição desse. Bell Hooks (2020) ao refletir sobre “palestrar ou não” tece algumas considerações sobre essa modalidade, argumenta que para ensinar através da palestra é preciso construir conexões com o ouvinte, mesmo que em um exercício

de imaginação, como também valorizar a sessão de perguntas e respostas por ser potencialmente o momento que vivenciam uma comunidade de aprendizagem.

Diferente de uma oficina, o que a autora prefere, é desafiante dialogar com os participantes em maior profundidade, preocupação cara as pedagogias críticas, como a pedagogia da autonomia de Paulo Freire (2014) ou a perspectiva da pedagogia engajada, apresentada por Bell Hooks (2020). Essas duas perspectivas rompem com a concepção de público passivo e buscam desenvolver experiências educacionais que envolvam os estudantes ativamente nos processos de ensino e aprendizagem, onde as experiências de vida podem fazer parte do processo, mas o educador mobilizará esses conhecimentos que emergem biograficamente sem caírem em uma perspectiva essencialista, mas para o aprofundamento das discussões (BELL HOOKS, 2017).

A interrupção ser mal vista coloca a palestra como formato de exposição de informações sem compromisso com a aprendizagem, não é possível ensinar sem considerar a dimensão dialógica que a aprendizagem requer. Desse modo a reação a participação da professora da palestra, como público atento a exposição do conteúdo, para questionar os equívocos sobre como a temática estava sendo tratada, nos dá indício de um público de profissionais que não estão dispostos a compreensão do tema em sua complexidade, já que a temática é largamente estudada pelas ciências sociais, área de formação da professora. Ainda se uma professora, que exerce autoridade no ambiente escolar, foi constrangida diante de sua participação, vista como interrupção, podemos imaginar a recepção dos estudantes ao episódio, sendo que de antemão a palestra não é a modalidade que mais engaja estudantes. Concordo com Bell Hooks ao elucidar que

Quando nós, como cultura, começarmos a levar a sério o ensino e o aprendizado, a palestra longa já não ocupará o espaço proeminente que tem ocupado. Porque, de várias maneiras, a palestra é o momento do ensino que mais promove passividade e desencoraja a participação de aprendizes.” (BELL HOOKS, p. 110, 2020)

A palestra sobre drogas na escola, não raro, colabora em pôr o estudante neste local de passividade e lhe endereça uma prescrição de como agir após ter sido submetido a uma miríade de informações, basta ouvir o que está sendo dito,

tenha conexão ou não com a trajetória dos estudantes, eles devem seguir as orientações enunciadas para não se prejudicarem, afinal é um “especialista” a “orientar” e a maioria dos professores, autoridades no ensino, compartilham do exposto.

Relata a entrevistada, que após suas colocações a palestra foi retomada, atribuindo o senso comum a “pesquisadores” e a “descriminalização da substância”, se referindo a maconha, “senso comum são as pessoas que pesquisam e que são a favor da descriminalização” o que causou muito incomodo na entrevistada, que considerou que o palestrante estava apresentando “os conceitos da Sociologia pra deturpar totalmente as pesquisas e totalmente os conceitos”, assim como já havia feito ao usar instituição social. Diante do incomodo, a professora se posicionou de modo a questionar o enunciando do pastor e no meio das proposições elaborou “que é muito mais fácil hoje a pessoa morrer porque é criminalizado do que se fosse descriminalizado”, frase que disparou reações em que outros profissionais presentes começaram a narrar os infortúnios gerados pelas drogas na vida de pessoas próximas, “gerou um auê dentro daquele espaço, porque as pessoas entenderam que eu disse que as drogas não matam”. Relata que conseguiu explicar, posteriormente as reações, o que quis expressar: “que o que eu quis falar é que a substancia em si mata menos do que a política de drogas”.

[...] eu pontuei tudo isso [...], falei da população carceraria, falei da violência institucional que é feita, que é a que mais mata, se a gente for ver os dados, muito mais do que o uso. E que a gente deveria tratar uso como questão de saúde pública, que é como a gente deveria tratar a questão o uso das substancias psicotrópicas, ninguém aqui vai ser inocente e dizer que a substancia não tem potencial de morte, tem, porém não tanto quanto a sua proibição e que a sua proibição gera o não tratamento dessas pessoas, o não acolhimento dessas pessoas. (PROFESSORA DE SOCIOLOGIA, entrevista episódica, 2022)

O palestrante seguiu argumentando, “a todo momento”, de acordo com a professora, que o que ele dizia advinha de conhecimentos sociológicos e antropológicos, apesar de não referir com quais teóricos das ciências sociais estava em concordância. A professora de Sociologia enfatiza que ele usava as frases “a antropologia pensa dessa forma”, “a Sociologia pensa dessa forma” para

dar autoridade aos seus argumentos proibicionistas. Ao ouvir isso, a professora não chegou a “interromper” novamente, pois outros profissionais se mobilizaram afirmando que ela deveria deixar o palestrante concluir, e a professora relata que não conseguiu no final retomar as falas usando dos conhecimentos sociológicos e antropológicos.

O palestrante apenas usando as frases de efeito mencionadas acima, sem recorrer, de acordo com a entrevistada, aos estudos das ciências sociais e entrando em contradição, classificando dados acadêmicos que se popularizaram sobre o fenômeno das drogas como senso comum, teve um efeito mais empático na recepção de suas colocações pelo público. Ao contrário da professora de Sociologia argumentando sobre um objeto de estudo de sua área. A noção de “informado” que Goffman (2008) cunha pode nos ajudar a compreender o ocorrido.

Goffman (2008) coloca que a pessoa estigmatizada, ou seja, aquela que o atributo considerado depreciativo é conhecido, ela se torna desacreditada e tem como efeito um afastamento diante de um mundo não receptivo, porém podem a vir contar com o apoio do conjunto de pessoas que compartilham do mesmo estigma e são definidos como iguais. Há também um segundo conjunto que pode apoiar pessoas estigmatizadas, os “informados”, são pessoas que não compartilham do estigma, mas situações especiais as levaram a conhecer muitos aspectos dos modos de vidas dos que compartilham o estigma, possuindo alguma aceitação entre os estigmatizados e estes não escodem o atributo “defeituoso” porque sabem que serão considerados uma pessoa integralmente, e não reduzido a algo negativo.

O primeiro tipo de pessoa informada é aquele que acessa as informações por meio do trabalho de cuidado daqueles que possuem o estigma, como também das ações empreendidas pela sociedade que também atende a pessoa estigmatizada, aqui se insere profissionais de diversas áreas e ocupações. O segundo tipo é o que se relaciona com a pessoa que possui o estigma por meio de uma estrutura social, como a de parentesco, e que são considerados socialmente uma mesma pessoa, pois manter estas relações fazem com que o descrédito se estenda até suas identidades (GOFFMAN, 2008).

Apesar de Goffman (2008) ter se referido a expansão do descrédito do estigma para o segundo tipo de informado, quando se trata de empreender na exposição de conhecimentos sobre esse objeto de estudo que não seja pelas vias patologizantes, moralizante e repressiva o descrédito destinado ao “drogado” é transferido ao profissional. Tal situação pode ocorrer por meio de um discurso que hierarquize a trajetória de formação e experiência de reforço ao proibicionismo como a legítima, inclusive procurando argumentos fora do escopo da temática para deslegitimar a exposição que contrapõe o proibicionismo.

A tentativa de anulação das colocações da professora pode ser percebida quando ela relata que o pastor perguntou se ela sabia que todo mundo tinha sua ideologia, ao que foi respondido “sim, como o senhor também tem, não é fato escondido de ninguém”. Posteriormente relata que em um grupo do *whatsapp*, composto pelos profissionais da escola, um professor que não compareceu a palestra enviou uma série de mensagens tratando as substâncias psicoativas como com capacidades maléficas. Diante da situação, a professora de Sociologia relata ter reiterado a importância do acolhimento na perspectiva da RD e teve como resposta do professor uma lista de cursos que supostamente o autorizava a uma melhor compreensão no assunto e que a postura da professora é opinião de baiano, sofrendo assim xenofobia. Se referindo à sua experiência na palestra e às reverberações da situação, a professora afirma que:

[...] meu maior incomodo até hoje e a partir disso gerou um monte de outros movimentos, de outros professores atacarem a minha índole, de começarem a ser xenófobos, de ser algo bem escroto, bem preocupante eu diria. (PROFESSORA DE SOCIOLOGIA, entrevista episódica, 2022)

A professora de Sociologia considera que é uma temática que causa “muito incomodo” nas interações, “sensibiliza muito” e mobiliza reações com muito “ânimo”, “entusiasmo” e “paixão” contra os usos de drogas, em suas palavras:

É isso meche com paixões, eu percebi isso muito, porque as vezes dentro da nossa formação ficamos muito presos em bolhas, ficamos muito presos no próprio grupo, pensando, elaborando a partir daí, mas que quando sai, a gente sai com um outro olhar, não é nem outro olhar, a gente encara outros olhares, outras formas de pensar, e que são baseados nisso, em contextos familiares que as vezes já foi afetado, e que o senso comum está ali batendo tão fortemente que “não consuma, se você consumir

é desvio do seu caráter, que você não presta” e etc.
(PROFESSORA DE SOCIOLOGIA, entrevista episódica, 2022)

As reações da maioria dos profissionais de educação em concordância com o pastor nos dá indícios da recusa da construção de diálogos sobre a temática. Como colegas de trabalho, da professora de Sociologia, sabem da sua área de ensino, mesmo os mais desavisados sabem que se trata também de uma profissional de nível superior; que assim como suas disciplinas, possui modos de construção de conhecimento; e que a Sociologia se preocupa com questões sociais. Mas toda ilegalidade e atributos moralizantes imputados as drogas rompe ou dificulta as possibilidades de diálogo, inclusive com colegas de trabalho. Por outro lado, houve receptividade à incursão proibicionista, externa a escola e pouco comprometida em complexificar o território em que a escola se insere, compartilhando do ideal de criminalização, demonização e patologização de usuários de drogas. Estas três narrativas compartilham fortemente da intenção de isolar do convívio social os que são acusados de usar drogas, somando a expectativa que a escola será um local melhor se não permitir o uso e a permanência dos usuários. Nesse sentido Costa (2019) aponta que isso se deve a

[...] questão de como a conduta de empregar uma dada substância tornada ilegal leva à construção da categoria social do *drogado* em contextos como o de instituições de ensino de nível médio: tipo social entendido como *persona non grata*, tipo não querido por diversos supostos motivos, figura execrável, sobre a qual repercute de forma incisiva todo o estigma da droga (MOTA, 2008). Portanto, na ótica dos acusadores, o *drogado* é alguém de quem a direção da escola teria a obrigação de “se livrar”, na medida em que repassa responsabilidades, também no sentido de limpar a impureza que contaminaria – se não já o fez –, todo o “corpo discente”. (COSTA, 2019, p. 36, grifos do autor)

De tal modo as narrativas e imagéticas sobre a figura do drogado se sobressaem a qualquer proposição que contraposta ao proibicionismo. O profissional que sustenta a importância desta temática para escola através de abordagens das ciências sociais não encontrará apoio facilmente, pois buscar desconstruir estas perspectivas excludentes e propor acolhimento do estudante

ao invés de buscar meios de constrangê-los ou puní-los, será um caminho trilhado em alguma medida com o desemparo relatado pela professora entrevistada.

A entrevistada reitera que considera a temática importante, que pode ser mote para articular outros objetos de estudo das ciências sociais. Pondera também que olhar atentamente para essa questão torna possível perceber o tratamento diferenciado sobre os supostos usuários de drogas dentro da escola, conforme reflete:

enfim, uma temática importante que dá pra mexer com muitos conceitos e muitos conceitos que estão presentes dentro da escola, raça está presente dentro da escola, gênero está presente na escola, aqueles que tem uma estigma está presente da escola, ele são muito bem delimitados, e isso é dito de algumas formas dentro do espaço escolar, obvio que não é apontando o dedo e dizendo “aí, não sei o que”, mas é dito de algumas formas, e eu enquanto professora de Sociologia e enquanto estudante de ciências sociais, que a gente não deixa de ser e nem pode deixar de ser, a gente percebe, a gente vai percebendo através dos discursos, a gente vai percebendo até da energia colocada para aquele estudante que é diferente de outros quem não tem esse estigma, então é isso. (PROFESSORA DE SOCIOLOGIA, entrevista episódica, 2022)

A percepção da diferenciação no investimento de “energia” destinado aos estudantes, fundada na diferença entre aqueles que não usam drogas, portanto merecedores da escola, e aqueles que supostamente usam, os drogados indesejados, pode ser compreendido pelo conceito de profecia autorrealizadora elencado por Becker (2008). Os que passam a serem desacreditados, indesejados sofrem modificações em suas rotinas devido a reação de um rótulo que foi atribuído com sucesso, a expectativa do rótulo posto gera mudanças de comportamentos dos que estão no entorno e coadunam com as narrativas de exclusão, cerceando a atenção destinada, a autonomia e contribuindo para que a pessoa rotulada corresponda a tais expectativas já que não é permitido usufruir da mesma maneira do potencial das relações do contexto em questão.

3.2 O que tem a ver drogas e ensino de Sociologia?

A entrevistada relata que foi na graduação em Ciências Sociais que acessou pela primeira vez a questão das drogas de forma sistematizada e com

maior amplitude, como um fenômeno social, “enquanto algo que realmente afeta a sociedade de vários níveis.” Que para trabalhar a “temática drogas” a partir da “prevenção” acessou textos com perspectivas “totalmente novas” para si. Exemplifica as discussões sobre “legalização”, variedade de tipos de uso, a “RD” e a possibilidade de coexistência de uso de drogas e “qualidade vida”. Rompendo assim com concepções do tipo “senso comum mesmo, de que você, sei lá, fumar um *beck* você já vai pra heroína logo depois né”. Avalia que sua passagem pelo PIBID foi importante no aprofundamento de seus conhecimentos sobre a temática:

[...] a partir do PIBID ela toma mais força, porque aí agente vai discutir os textos mesmo que falam sobre substâncias psicoativas a gente discute a história das drogas a partir do Escotado, a gente vê também Foucault, Goffman com desvio, então acho que ela se fortaleceu com o PIBID mesmo, acho que se eu não tivesse entrado no PIBID eu saberia muito menos. (PROFESSORA DE SOCIOLOGIA, entrevista episódica, 2022)

Dessa forma considera um tema disparador para aprofundar e complexificar a compreensão sobre outros temas, e também conceitos e categorias das ciências sociais, como raça, gênero, socialização, estigma, desvio, saúde, segurança pública, violência, criminalidade. Para a entrevistada com a “Sociologia passamos a perceber que não, que uma coisa não liga a outra assim como se fosse uma linha reta”, e reflete ainda que

[...] então minha formação dentro da Sociologia, dentro das ciências sociais não tem como ser dissociada, você trabalha muita coisa, como eu disse, você trabalha socialização, porque você sabe que alguns usos são por socialização, são para socialização, outras drogas você sabe que não são tanto de social, que tem uma coisa mais restritiva, você pode trabalhar estigmas, estereótipos, desvio, então você pode trabalhar tudo isso dentro da escola a partir dessa temática, você pode discutir saúde, você pode discutir segurança pública, você pode discutir violência, criminalidade, gente, é amplo demais é uma temática que dá pra trabalhar o ano todo, só com ela, a partir dela e ter boas respostas, eu vejo que é uma temática que pode trazer boas respostas. (PROFESSORA DE SOCIOLOGIA, entrevista episódica, 2022)

Menciona também que poderia trabalhar gênero, exemplifica elencando que a maior população carcerária feminina é presa por levar drogas para o companheiro ou por continuar as vendas. Essa formulação da entrevistada está em concordância sobre os estudos a respeito do encarceramento em massa. De

acordo com Silva (2020) o tráfico de drogas é o tipo penal que mais encarcera no Brasil, o autor explana os dados do Levantamento Nacional de informações penitenciárias, o INFOPEN, de 2016, 62% das mulheres encarceradas no Brasil é por tráfico de drogas em tempo que homens são 26%.

A entrevistada considera que as três grandes áreas das Ciências Sociais contribuem para a compreensão do fenômeno das drogas e que olhar a partir dos conhecimentos produzidos nesse âmbito torna possível romper com a desumanização das pessoas que fazem uso, inclusive aposta na construção da compreensão de que as pessoas que consomem drogas de forma abusiva sejam vistas como demandantes de cuidado e não de encarceramento, diz que:

[...] a gente pode tentar minimamente humanizar essas pessoas para o olhar do outro, porque há uma desumanização muito grande quando a pessoa utiliza a substância de forma abusiva e por exemplo vai morar em outros locais, enfim a gente pode humanizar a partir desse olhar que é uma pessoa que requer cuidado como qualquer outra e não cadeia, a cadeia vai resolver o que para essa pessoa? (PROFESSORA DE SOCIOLOGIA, entrevista episódica, 2022)

Sua primeira experiência como professora com a temática na disciplina de Sociologia na educação básica, conta, foi uma pesquisa quantitativa, realizada pelos terceiros anos do Ensino Médio, dentro da escola sobre se posicionar “a favor” ou “contra” a “descriminalização das drogas”, especificamente da “maconha”. Esse foi o primeiro momento da atividade escolar, posteriormente os estudantes foram divididos em grupos para um debate e apresentaram argumentos a favor e contra a descriminalização. Para construção dos argumentos foi realizado pesquisa de conteúdo pelos estudantes e a professora forneceu “alguns textos”.

Com a atividade, relata que tentou elaborar a questão das drogas para além da “prevenção”, objetivando também que os estudantes conhecessem “a história sobre a criminalização das substâncias”.

Relata que durante a atividade precisou reiterar que não estava defendendo o uso de drogas e que o explanado estava de acordo com estudos, aponta que introduziu as discussões sobre RD com os estudantes, com o objetivo que vissem

[...] essas substâncias a partir de uma outra forma, que é a partir da saúde e não da segurança, então eu fui trazendo a redução de danos para dentro da escola, porque estava dentro do CBC que é o currículo base de Sociologia do meu estado. (PROFESSORA DE SOCIOLOGIA, entrevista episódica, 2022)

O CBC de Sociologia dispõe da prerrogativa de que a perspectiva da RD seja ensinada em sala de aula e ainda que esteja cumprindo uma prerrogativa curricular, a professora se vê diante de reações dos atores escolares que desembocam em dificuldades para abordar o tema no ensino de Sociologia. Os desafios para além dos encontrados diante dos próprios pares, se dá também diante das aproximações que os estudantes tem previamente com a abordagem do fenômeno das drogas em suas trajetórias de vida, nas quais a narrativa da droga como causadora do mal chega muito rápido e raramente se pode olhar para as situações levando em conta aspectos de desigualdade social, machismo, racismo, etc.

Assim, boa parte dos estudantes, ao debruçarem sobre a temática, reproduzem narrativas proibicionistas e moralizantes que foram arrogadas de várias formas em seus cotidianos, contribuindo para uma resistência à complexificação do conteúdo, não se permitindo engajar nos exercícios de desnaturalização e estranhamento sociológicos, na relação de ensino aprendizagem. Reconhecer essas trajetórias e as emoções que elas mobilizam é importante para a busca de estratégias de ensino que se conectem com os estudantes. A professora reconhece essa dimensão e contextualiza as reações atreladas as trajetórias de vida dos estudantes:

[...] é uma temática que sempre impulsiona muito, sempre movimentada com os ânimos, porque é algo que está presente dentro das famílias, é algo que é recorrente, então houveram alguns embates, no sentido de que as pessoas se colocaram com muito ânimo, com muito entusiasmo, com muita paixão, contra qualquer uso de drogas. (PROFESSORA DE SOCIOLOGIA, entrevista episódica, 2022)

A professora considera que na fase em que seus estudantes se encontram eles já acessaram massivamente as narrativas do tipo "não use" "se você usar a droga você morre no outro dia" e no debate os estudantes contra o uso de drogas se expressaram "de uma forma muito apaixonada" o que levou a professora a se

sentir “um pouco recuada”, até sobre o uso de álcool tão naturalizado socialmente foi dito que tudo “deve ser proibido”, que “faz mal”.

Sobre o grupo a favor da descriminalização, considera que eles se apegaram “ao papel”, desse modo explanaram argumentos históricos, elaboraram a proibição do álcool que ocorreu nos Estados Unidos. Todavia ao elaborarem que são as pessoas presas devido a proibição, quem são as pessoas acusadas, de uso “não se aprofundaram” e o fizeram a reforça estigmas, associando roupas, comportamentos.

[...] até uma questão que eu tentei elaborar depois em outro momento sobre estigma, porque eles falavam assim "não professora, quem usa a droga é aquele ali que está usando não sei que" tipo pela roupa, descrevendo a roupa como era de um usuário, e de como era o comportamento do usuário muitas vezes, então eles traziam isso com muita força, com uma associação muito rápida com estigma e que claro, alguns ficavam com aquelas risadinhas e tal. (PROFESSORA DE SOCIOLOGIA, entrevista episódica, 2022)

A compreensão da categoria estigma, desenvolvida por Goffman (2008) associada aos estudos sobre os usos de drogas é proveitosa, se recontextualizada para a fase de ensino, pois a compressão do estigma como algo relacional, inserido em um contexto, colabora com o exercício de desnaturalização e estranhamento importantes na aprendizagem dos conteúdos sociológicos do Ensino Médio.

3.2.1 O livro didático de Sociologia e o Conteúdo Básico Comum para Sociologia no Ensino Médio em Minas Gerais

O livro didático utilizado pela professora é o “Sociologia em movimento” da Editora Moderna (SILVA. *Et Al.* 2016), referente ao PNLD 2018, que teve seu uso estendido até 2021, devido a implementação do Novo Ensino Médio em 2022, quando serão distribuído os novos livros. “Sociologia em movimento” é escrito por 17 autores e autoras, que possuem formação em alguma das áreas das ciências sociais ou atuam como professores de Sociologia. A edição é volume único para os três anos do Ensino Médio no componente curricular Sociologia, dividido em seis unidades e 15 capítulos.

A diagramação apresenta semelhanças com revistas: as imagens e os textos são dispostos e organizados para apresentarem uma estrutura visual que se repete a cada capítulo, tornando fácil a identificação das seções antes de iniciar a leitura. Esse tipo de diagramação corrobora com o aspecto topicalista apontado por Meucci (2014), característico da escrita polifônica dos livros didáticos. O topicalismo como recurso de redação visa definir o tipo de conteúdo encontrado em determinado tópico, organizando o livro em áreas com títulos, subtítulos e textos em boxes coloridos ou isolados, demarcando a intenção pedagógica do tópico pela repetição.

O livro didático “Sociologia em movimento” (SILVA. *Et Al.* 2016) é diagramado e organizado com os seguintes tópicos: “abertura da unidade”, “abertura de capítulo”, “cronologia”, “saiba mais”, “considerações sociológicas”, “interfaces”, “glossário”, “direito e sociedade”, “quem escreveu sobre isso”, “atividades”, “indicações”; “movimentAção” (sic), e alguns tópicos possuem subtítulos.

O capítulo que oferece alguma elaboração sobre a temática drogas é o oito, intitulado “Movimentos sociais” que apresenta na seção “Considerações sociológicas” o texto: “Os movimentos de legalização das drogas: o caso da maconha”, diferente da primeira edição de 2013, que nas considerações sociológicas apresentaram o texto *Occupy Wall Street*. Esta seção, segundo os próprios autores do livro didático, é onde um tema ligado ao capítulo é esmiuçado para tornar evidente os diferentes pontos de vista alicerçados nos temas estudados. (SILVA. *Et Al.* 2016)

A seção “considerações sociológicas” está ligada ao cumprimento dos objetivos expostos na abertura do capítulo do livro e são cinco objetivos:

- [1] Compreender que os movimentos sociais são manifestações coletivas históricas com algumas características estruturais que permitem seu estudo e teorização. [2] Identificar movimentos sociais existentes na própria realidade. [3] Distinguir elementos que conferem identidade aos movimentos sociais, bem como seus objetivos e adversários. [4] Reconhecer as transformações dessa estrutura de luta social de acordo com as mudanças na sociedade, diferenciando os chamados movimentos tradicionais dos novos. [5] Avaliar os desafios e as perspectivas das lutas sociais no mundo atual. (SILVA. *Et Al.* 2016, p.194)

A abertura do capítulo é uma seção que conta com os objetivos do capítulo; a Questão motivadora, que sinaliza temas e conceitos do capítulo; e fotografias com legendas. A questão motivadora apresentada é “Qual é o papel dos movimentos sociais na transformação política e na ampliação e manutenção dos direitos de cidadania da população?” (SILVA. *Et Al.* 2016, p.195). As fotos da abertura são quatro: duas das manifestações de professores em greve no Paraná em 2015, uma de uma manifestante pichando um muro em ato contra aumento de tarifa de ônibus em São Paulo e a última uma passeata do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) em São Paulo no ano de 2014.

Diante do exposto é possível verificar que a abordagem da temática foi por meio do estudo de movimentos sociais, desse modo sinaliza a perspectiva de uso de drogas como direito, mesmo que de uma droga específica, a maconha. Isso ocorre porque, no decorrer do capítulo, ao trabalhar movimentos sociais ligados a “transformações sociais”, “conservação e fiscalização de direitos conquistados”, “reivindicação de direitos”, ampliação e consolidação de direitos de minorias políticas, mesmo se referindo a outros, são aspectos que vão qualificando os diversos movimentos sociais ilustrados antes da seção considerações sociológicas, desse modo também dizem respeito ao tema desta seção.

Soma-se a isso que a questão norteadora e os objetivos já colocam os indícios que os movimentos sociais elencados no capítulo estão associados a transformação social e cidadania, bem como são passíveis de estudo e sistematização teórica, ou seja, passíveis de compreensão de diversos aspectos de suas existências, conferindo assim uma legitimidade ao exposto no capítulo.

O tópico Considerações sociológicas corresponde ao que Meucci (2014) classificou de contextualismo na escrita de livros didáticos, possui o objetivo de trabalhar um tema que tenha ligação com o assunto do capítulo para evidenciar outros pontos de vista (SILVA. *Et Al.* 2016). Nesse caso, o texto que organiza informações sobre “os movimentos de legalização” da maconha colabora em contextualizar a diversidade de movimentos sociais existentes, destrinchando mais um diante dos demais elencados no capítulo. As informações presentes no texto sobre o que denunciam, dados estatísticos, indicação de políticas de drogas

de outros países, diferentes da brasileira, informações históricas sobre a Marcha da Maconha, a existência do uso “medicinal” da maconha, e o reconhecimento que há uma história da proibição, contextualiza alguns aspectos e contingências que atravessam a construção e a sustentação do movimento social que está sendo ilustrado.

Nas considerações sociológicas, legalização da maconha é o mote do texto, que pontua algumas questões dos movimentos que buscam sua regulamentação, nomeia a marcha da maconha como um dos principais movimentos e traz uma pequena contextualização histórica. Trata-se de um texto pequeno, a seção tem uma página inteira, a imagem que ilustra, uma mulher nos Estados Unidos regando em sua casa seus pés de maconha, toma mais de um terço da página na horizontal.

De tal modo que as categorias e os argumentos ligados a temática da legalização da maconha são apontadas, mas não são aprofundadas, sendo a contextualização do tópico ilustrativa da existência de mais um movimento social, porém de forma breve. Apesar de pinceladas, quase toda elaboração do texto indica uma desnaturalização das compreensões do senso comum sobre drogas: legalização, criminalização, história da proibição e “guerra as drogas”; abuso de drogas lícitas; mudanças internacionais nas políticas de drogas; questionamento do caráter ilícito da maconha devido seu uso terapêutico; e direitos do usuário na lei de drogas nº 11.343/2006.

Apenas a noção de “efeitos nocivos” aparece de forma naturalizada, a menção de tais efeitos associados a maconha surge no final do texto como um dos motivos para permanência da criminalização como política, como pode ser observado: “Os efeitos nocivos da maconha e a própria história de proibição fazem que a criminalização permaneça como política de Estado, gerando ainda controvérsias e posições contrárias à legalização.” (SILVA. *Et Al.* 2016, p.206)

Sobre os direitos do usuário na lei de drogas nº 11.343/2006 o texto do livro didático traz que ela não apresenta mais a pena de prisão para usuários, mas medida socioeducativas. Porém dados apontam que essa expectativa sobre a legislação não se consolidou, na prática ela vem se materializando como um dispositivo de encarceramento em massa. Isso se deve tanto ao fato de a lei não

instituir a quantidade de porte para ser considerado usuário ou traficante, deixando a cargo dos agentes da lei essa decisão, iniciando pelo policial, que comumente compartilham de uma visão estigmatizada dos que consomem drogas. O que ocorre é que:

A figura do usuário, ou consumidor, descrita na Lei 11.343/06 é quase idêntica à figura do traficante. O que difere os dois tipos penais é que no artigo 28 a conduta criminalizada é a posse de drogas com o objetivo do consumo pessoal, enquanto no artigo 33 o crime é a intenção de expor à venda, oferecer ou entregar a consumo. Portanto, tanto o usuário quanto o traficante têm consigo a posse da droga, é o dolo do que fazer com ela que irá diferenciar a adequação típica de cada tipo penal. O grande problema é: ao abordar alguém que porte drogas, como diferenciar o dolo de consumir e o dolo de vender ou fornecer a terceiros? A busca a resposta dessa questão é o cerne do problema da Lei 11.343/06. (SILVA, 2020, p. 122)

A ausência de critério objetivo da quantidade de drogas para classificação usuário ou traficante, somado as estruturas sociais de machismo e racismo, aliados ao sistema capitalista, abriu margem para que o policial exerça uma discricionariedade que encarcera pessoas negras, pobres e moradoras de áreas periféricas, caracterizando uma seletividade policial. Como indicado nos procedimentos de condução avaliados por Silva (2020), 93% não chegam a fazer menção a investigação prévia, a maioria das prisões são feitas durante patrulhamento, assim como é recorrente o argumento de atitude suspeita no auto de prisão num contexto em que

[...] a falta de critérios objetivos para a tipificação dos crimes de consumo e tráfico de drogas que, com a intenção de humanizar o tratamento ao usuário, fez com que, diante do julgamento subjetivo dos agentes da lei (Policiais Militares, Policiais Civis, Promotores de Justiça e Juizes), estes usuários fossem amontoados nas penitenciárias brasileiras, sem nada que comprovasse seu envolvimento com o comércio ilícito de drogas, vez que, “normalmente a única coisa que há no processo é a própria palavra do policial. (p.120)

Desse modo, o texto didático, informa uma expectativa gerada na época com a publicação da lei, a de que usuários não fossem mais presos, apesar de ter que cumprir atividades ou tratamento compulsório, mesmo que fora de instituições asilares, não considerando a diversidade de usos. Silva (2020), no entanto, expõe

em sua pesquisa que logo nos primeiros anos da instituição da lei de drogas nº 11.343/2006 triplicou o número de pessoas encarceradas por tráfico de drogas, e diante do aceite da acusação sem investigação sistemática da maioria das pessoas enquadradas como traficantes a lei vem servindo com sucesso para amontoar usuários de drogas ou acusados de uso nas prisões. O autor considera que

[...] o que faz a Lei 11.343/06 é ainda pior: deixa a cargo da subjetividade da autoridade policial fazer a adequação típica das condutas descritas no tipo penal. Essa subjetividade é responsável pelo esvaziamento do objetivo da atual Lei de Drogas e deixa, muitas vezes, a cargo do policial de rua escolher, pelas condições da abordagem, pelo estereótipo do abordado, pelo local da abordagem se aquele cidadão é um traficante perigoso para sociedade e deve ser encarcerado, ou, se aquele cidadão é uma vítima do tráfico, um usuário que deve receber atenção de saúde Estatal. É neste momento que o policial vira juiz [...] (SILVA, 2020, p. 122)

Essa discricionariedade exercida pelo policial, geralmente o militar, reverbera no processo penal das prisões relacionadas a lei de drogas, o policial recebe um status de protagonismo que não coaduna com um Estado democrático de direito. Assim a lei de drogas se tornou um grande exemplo do punitivismo penal do judiciário brasileiro. (SILVA, 2020)

“Guerra as drogas” é categoria mais aprofundada no texto, definida como:

[...] política de repressão policial e militar adotada por vários países, inclusive pelo Brasil, na realidade uma “guerra aos pobres” disfarçada, uma vez que os setores atingidos pelo combate às drogas são os que produzem e revendem, ou seja, os elos mais frágeis, em sua maioria apresentados por jovens, negros e pobres. (SILVA. *Et Al.* 2016, p.206)

O texto do livro didático segue com a utilização do termo “argumentam” se referindo que os “movimentos sociais favoráveis a descriminalização das drogas” quando elencam que “há mais mortes decorrentes do conflito armado pela repressão ao tráfico do que pelo abuso direto da droga”. Reduzindo esse dado a uma posição dos movimentos sociais.

Em face do exposto é possível perceber que a professora de Sociologia se utiliza de termos em comum como livro didático, a exemplo da escolha por

“descriminalização”, assim como proposições sobre a guerra as drogas. É importante frisar que se trata de um texto pequeno em um livro de 515 páginas. Apesar de sua importância, mesmo com as controvérsias, apenas a leitura desse texto por um estudante sem a promoção de um debate em torno do tema, dificilmente contribuiria para o estudante compreender o fenômeno, pois são diversos apontamentos, poucos elaborados.

Assim a professora se mostrou interessada em aprofundar e gerar compreensões sobre a temática, ao não passar rapidamente por ela no livro didático, construindo uma atividade em sala de aula, que mobilizou os estudantes também fora dela. Mesmo avaliando que ainda precisa melhorar a estratégia de ensino sobre as drogas, considera que a realização da atividade foi importante. Diante do narrado podemos perceber a importância dos saberes disciplinares no ensino, pois a professora sistematizou com os estudantes muito mais conteúdo do que é nomeado no livro, como, por exemplo introduzir RD:

[...] porque estava dentro do CBC que é o currículo base de Sociologia do meu estado, a agente deveria trazer isso mesmo fora do senso comum, que deveríamos trazer na perspectiva mesmo da redução de danos, de não ligar criminalidade com uso da substância e a partir daí fazer um debate que gerasse pelo menos questionamento. (PROFESSORA DE SOCIOLOGIA, entrevista episódica, 2022)

O Conteúdo Básico Comum (CBC) de Sociologia do Ensino Médio, mencionado é obrigatório em todo estado. É um dos dispositivos curriculares mais acessados pela professora de Sociologia em sua prática pedagógica. O documento apresenta no “Eixo Temático 3: A Abordagem Sociológica de Questões Sociais no Brasil Contemporâneo” no tópico 3, intitulado “Delinquência e criminalidade” que objetiva que o estudante desenvolva as habilidades básicas de “Diferenciar entre explicações sociológicas e as de senso comum sobre as taxas de criminalidade.” Apresenta os seguintes “Temas Complementares”:

- As gangues, o tráfico e a criminalidade violenta.
- O crime organizado.
- Drogas: o mercado das drogas e sua relação com a violência; as consequências sociais do uso de drogas lícitas e ilícitas; a política de redução de danos (SIC)

Mesmo que o esteja instituído a obrigatoriedade do ensino da temática sobre as drogas, não há garantia de que os professores de Sociologia tenham condições de trabalhar a temática a partir da formação em Sociologia ou ciências sociais, uma vez que para o ensino da disciplina não é obrigatória a formação em ciências sociais. Assim como não é raro que fora da sala de aula e dentro da escola a temática seja abordada como descrito na situação da palestra, na semana de prevenção às drogas, perpetuando as narrativas que legitimam a reprodução do proibicionismo e de aspectos moralizantes. Um professor que compartilha que as pessoas que usam drogas se tornam ruins e causadores de inúmeros problemas, generalizando, não cumpriria adequadamente o CBC e não aproveitaria a potência de complexificar tais temas amparados em um dispositivo curricular oficial, sustentando a permanência do conteúdo apesar da resistência.

A existência do CBC sinaliza ainda mais aspectos sobre a reação a participação da professora entrevistada na palestra. Primeiro, o desconhecimento ou desconsideração por parte da gestão escolar sobre ser uma temática já trabalhada pela professora de Sociologia na escola, numa perspectiva programada pelo CBC, que indicaria que a professora de Sociologia teria algo a colaborar ainda no planejamento da ação. E diante das reações durante a palestra poderia ser uma informação utilizada pela gestão para mediar os conflitos, e posteriormente a repercussão do episódio, pois as elaborações da professora, a partir de sua área de formação, no que a própria professora de sociologia nomeou de “interrupção” da palestra foi diminuída e considerada inapropriada diante do exposto pelo pastor.

A professora relata que sustentou seu posicionamento na palestra devido ao CBC, que lhe garantia prerrogativa para complexificar os temas elencados, como RD e as consequências sociais dos usos de drogas. Considero que os últimos dois temas do CBC são bem importantes, pois a RD não é uma estratégia conhecida popularmente de acolhimento aos usuários de drogas e no trecho “as consequências sociais do uso de drogas lícitas e ilícitas” indicam que o importante a ser aprofundado não é as consequências reduzidas aos possíveis efeitos no corpo, mas sim as relações em torno dos usos de drogas, inclusive das lícitas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação construiu compreensões de como questões ligadas ao fenômeno do uso de drogas se insere na prática pedagógica da disciplina de Sociologia no Ensino Médio e trouxe indícios de como a temática costuma ser acolhidas no contexto escolar. A construção dos resultados foi orientada pelos questionamentos: como o livro didático de Sociologia se apresentam na discussão sobre o tema drogas no Ensino Médio? Como a professora de Sociologia dialoga com temática e as discussões da prevenção e redução de riscos e danos relacionados ao uso de drogas? O uso e abuso de drogas, tão problematizado e associado midiaticamente a jovens é uma questão para escolas de Ensino Médio? Os questionamentos que nortearam a pesquisa adquiriram contornos para investigação a partir do objetivo geral de compreender como a temática drogas é vivenciada na disciplina de Sociologia na Educação Básica e no contexto escolar de uma escola estadual de Minas Gerais. Conduzidos por três objetivos específicos: (1) identificar como a categoria droga é mobilizada no livro didático de Sociologia e no Conteúdo Básico Comum de Sociologia do Estado de Minas Gerais; (2) Caracterizar como a temática das drogas é elaborada na prática pedagógica da professora de Sociologia; (3) Analisar como a temática das drogas aparece no contexto escolar vivenciado.

Os resultados obtidos são indicativos de que questões ligadas a temática das drogas permeiam a experiência escolar para além do ensino de Sociologia, mas apesar de ser um tema que mobiliza as pessoas não se busca destrinchar as nuances da demanda e promover momentos para “falar” das drogas na escola. Repetidamente se cumpre o calendário de eventos de prevenção do uso, optando por reproduzir narrativas proibicionistas e manicomiais centradas na culpabilização das pessoas que usam drogas por diversos problemas sociais. Dos trabalhos escolares de outras disciplinas ao evento com “especialista” destinado a estudantes e professores ocorre uma valorização de discursos de encarceramento, patologização e moralização.

A construção de imagens que coadunam com esses discursos, como o de pessoas fisicamente degeneradas pelas drogas, delinquente e que não “seguiram

em Deus” expressa o desejo de sustentar a separação entre pessoas que são consideradas normais dos desviantes, que devem ser evitadas, excluídas e isoladas. Há uma naturalização na recepção de discursos proibicionistas elaborados por pessoas que se intitulam especialistas na prevenção do uso de drogas e no tratamento a usuários de drogas, o currículo, geralmente assistencialista é aceito sem ressalvas. Nesses casos a palestra geralmente é o dispositivo utilizado para abordar a questão das drogas na escola numa perspectiva de reforça e difunde estigmas.

O uso de palestras, somados a postura assumida pela maioria dos professores que ao tratarem da temática não o fazem com o mesmo critério pedagógico que utilizam para os demais conteúdos de suas disciplinas, reforça que há estudantes que não podem estabelecer uma conversa sobre drogas na escola, pois o interesse que não seja por meio do testemunho do ex-viciado pode ser visto com suspeita e acarretar em sanções, expressas ou em posturas sutis que cerceiam a autonomia do estudante, assolando seu potencial de experienciar seu direito a educação formal, ocorrendo o que Becker (2008) chamou de profecia autorrealizadora, as expectativas dos acusadores vão se realizando devido as posturas que assumem em suas reações em relação a pessoa rotulada.

Como foi visto, a professora de Sociologia percebe que estudantes possuem algum tipo de informação sobre as drogas anterior as investidas de elaborar a temática na escola ou na disciplina de Sociologia. Estas são manifestas de duas formas: a partir da indicação de experiências de uso, desse modo rejeitam as narrativas que fazem ligação direta entre uso de drogas e adoecimento ou delinquência, mas não expressam isso livremente para todos os profissionais da escola. Ou na reprodução de aspectos do proibicionismo, expressam com “ânimo” oposição a existência das drogas, advindas de como essa questão chegou em suas trajetórias de vida, geralmente pela convivência com pessoas que usam drogas e sofrem com processos de estigmatização.

Senso comum e proibicionismo aparecem na percepção da vivência escolar da professora de Sociologia com interligados, para ela, dentro e fora da sala de aula, a maioria dos outros profissionais de educação e estudantes, baseiam suas reações a temática pelo que acham sobre as drogas a partir de

suas compreensões cotidianas, sem olhar para as questões mais amplas que atravessam as trajetórias de vida e fazem da temática um fenômeno social, objeto de estudo das Ciências Sociais e outras áreas de conhecimento.

Diante de um contexto escolar que reproduz e acolhe discursos proibicionistas, patologizantes e moralizantes com “ânimo”, as tentativas de diálogos que apontam as violências geradas pela materialização desses discursos, que tem como o principal expoente os danos gerados pela “guerra as drogas” e o fomento de instituições manicomiais, é recusado imediatamente. A professora de sociologia relata o desamparo experienciado ao elaborar a questão das drogas como fenômeno social, conteúdo de sua disciplina, fora da sala de aula, enquanto estava compondo o público de uma palestra contratada pela escola. Episódio que gerou reações hostis de desqualificação de dados construídos nas Ciências Sociais e de suas falas, assim como colegas de profissão expressaram xenofobia e investiram em outros ataques pessoais. Esse episódio é indicativo de como é preciso avançar sobre essa temática na escola, pois nem a uma profissional de educação é permitido tentar dialogar, assim como estudantes, devem aceitar os preceitos da prevenção do uso de drogas sem questionamento.

Como pode ser percebido as vivências relatadas indicam que a professora de Sociologia se apropriou de estudos das Ciências Sociais sobre a temática: a mobilização das categorias; a elaboração das implicações sociais do fenômeno do uso de drogas; a percepção das reações dos demais profissionais de educação a temática e como ela é elaborada na escola; a preocupação que outras disciplinas contribuam a partir de sua área de conhecimento e não reproduzam senso comum na orientação de estudantes; as atividades elaboradas em sala de aula e a ponderação posterior sobre as reações dos estudantes as atividades.

No que diz respeito a questão das drogas e o ensino de Sociologia, ter tido contato com o objeto de estudo na graduação de Ciências Sociais Licenciatura proporcionou à professora entrevistada uma nova perspectiva sobre a temática, ampliando seu olhar e possibilitando o rompimento com as compreensões advindas de narrativas proibicionistas, aprendidas anteriormente. Desse modo a sua trajetória de formação contribuiu diretamente para a compreensão que a

questão das drogas é conteúdo da disciplina de sociologia, assim como uma questão que demanda atenção da escola.

Na prática pedagógica investigada o tema das drogas é tido como disparador para recontextualização de outros temas, conceitos e categorias das ciências sociais, como raça, gênero, socialização, estigma, desvio, saúde, segurança pública, violência, criminalidade. A professora de sociologia considera profícuo que o olhar sociológico possibilite a desnaturalização das ligações lineares feitas entre o comportamento de usar drogas com uma miríade de malefícios sociais. Assim como considera que o ensino desse conteúdo pode romper com as explicações do senso comum que desumanizam pessoas e contribuem para o encarceramento, a manutenção do racismo e violação do direito ao cuidado em saúde, ou pelo menos começar a questionar através do ensino em sala de aula as certezas do senso comum sobre o tema.

O CBC de Sociologia assumiu, nos episódios relatados, uma função protetiva, pois visa assegurar que os estudantes acessem conhecimentos sociológicos sobre questões em torno de drogas lícitas e ilícitas, assim como também preconiza a introdução de discussões sobre RD. Esse documento colaborou para que a professora mantivesse sua postura de discordância sobre o conteúdo da palestra da semana de prevenção ao uso de drogas, e anteriormente para trabalhar a temática em atividades em sala de aula.

A descriminalização, que foi objeto de atividade proposta em sala de aula pela professora, aparece no texto do livro didático no texto sobre legalização da maconha e na escola a temática das drogas aparece na ocasião da palestra na semana de prevenção, tendo sido associada ao senso comum pelo palestrante para desqualificar pesquisadores.

. A abordagem utilizada pela professora sobre a “descriminalização” se aproxima da perspectiva abordada no livro didático ao mobilizar os argumentos dos movimentos sociais que buscam que isso aconteça em oposição a perspectiva predominante da “guerra as drogas”. O livro *Sociologia em movimento* (SILVA. *Et Al.* 2016) apresenta a temática drogas a partir de reflexões sobre a descriminalização e legalização da maconha no âmbito das reivindicações de movimentos sociais. O texto está localizado em tópico destaque que é usado

como recurso contextualizador da temática principal que está sendo elaborada por todo o capítulo. Apesar de ser tratado de forma breve é uma presença importante, pois está associado as características consideradas comuns e atribuídas aos outros movimentos sociais, como a noção de direito e transformação social. Essa associação contribui para a qualificação de um conteúdo sociológico legítimo de ser ensinado e aprendido, sinaliza também desnaturalizações sobre o conteúdo.

A potência desse texto só será aproveitada por professores dispostos e preparados para aprofundar elementos apenas mencionados no texto, pois mesmo sendo um texto breve que exemplifica um tipo de movimento social indica algumas questões que carecem de maior elaboração, por exemplo, as informações sobre a Lei de Drogas prevêm são tidas como vivenciadas na sociedade brasileira.

Considero que investigar como conteúdos de ensino de Sociologia na educação básica é proveitoso para compreender os contornos que ganham ao serem traduzidos a esse nível de ensino. Ainda mais importante quando se trata de conteúdos que costumam causar reações hostis e são discutidos amplamente fora da escola com intenção de vetar ou ter maior controle do conteúdo nas escolas, atacar professores, etc., sendo a temática de gênero é outro um exemplo contundente desse processo. Foi possível compreender que trabalhar conteúdos que envolvem a categoria droga na escola é um desafio por vezes desgastante para professores, que além de recontextualizar o conteúdo, têm que lidar com a resistência dos estudantes sobre o que sistematiza as Ciências Sociais, resistência carregada de certezas que dificultam os processos de desnaturalização e estranhamento. Tornando ainda maior o desafio de traduzir para esse nível de ensino

Ao mesmo tempo que é uma tarefa desafiante de ser feita, não é possível de ser ignorada, pois a miríade de certezas é permeada de visões estigmatizantes e excludentes, que desumanizam pessoas e promove o aceite do encarceramento em massa e do genocídio de jovens negros por todo território nacional. Ainda mais preocupante é como a maioria dos profissionais de educação fomentam essa temática pelo viés proibicionista e atacam uma colega de profissão ao se expressar de acordo com sua área de formação.

Esse trabalho também demonstra a importância dos saberes disciplinares no ensino de Sociologia em contraposição ao histórico de ser ensinada na educação básica por professores sem formação nas Ciências Sociais. É a partir de sua formação que a professora elabora um conteúdo, dos dados construídos pelas Ciências Sociais, enquanto frequentemente outros profissionais de nível superior costumam tratar do assunto sem complexificá-lo, apenas reproduzindo o que aprenderam de forma não acadêmica.

Desse modo, se a escola continuar a assumir que para o estudante não usar drogas em nenhuma ocasião ou circunstância é preciso realizar as ações dirigidas a reforçar os malefícios das substâncias psicoativas e as consequências negativas na vida das pessoas que usam drogas, concebidas como drogadas, generalizando todas as experiências de uso e não questionando os contextos sociais, a escola vai continuar a produzir informações prejudiciais. Reforçando um caminho de exclusão a estudantes usuários de drogas e se eximindo de uma educação que produza diálogos, acolhimento, encaminhamentos intersetoriais e possíveis resoluções para as consequências anunciadas por ela própria.

Portanto, a presente pesquisa pode contribuir para que profissionais de educação complexifiquem a maneira como lidam com essa problemática na escola, uma vez que ao se debruçarem sobre o contexto pesquisado podem se deparar com questionamentos profícuos no âmbito de suas atuações profissionais. Assim como esse texto pode produzir algum tipo de amparo para professores de Sociologia que ao sustentarem o ensino deste conteúdo enfrentam algum tipo de conflito em seu local de trabalho.

Por fim, considero que o presente trabalho abre caminhos para uma profusão de aspectos a serem investigados sobre a temática das drogas em relação ao ensino de Sociologia que pode construir caminhos proveitosos na atenção a essa temática. Indicarei algumas: identificar como foram mobilizados a categoria drogas nas 13 edições de livros didáticos de sociologia aprovados pelo PNLD; se essa temática continua a aparecer nos novos livros interdisciplinares, que substituíram os disciplinares, aprovados pelo PNLD; Como a questão das

drogas é elaborada no contexto do ensino de Sociologia por professores que não possuem licenciatura em Sociologia ou Ciências sociais.

REFERÊNCIAS

ADIALA, Julio Cesar. **A criminalização dos Entorpecentes**. Rio de Janeiro: Independente, 2006.

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. A Sociologia como disciplina. In _____. **Aprendendo a pensar com a Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010. Introdução, p. 11-30.

BECKER, Howard Saul, **Outsiders – Estudos de Sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos**. São Paulo: Paulus, 2010.

BODART, Cristiano das Neves. Ensino de Sociologia no Contexto da BNCC: esboço teórico para pensar os objetivos educacionais e as intencionalidades educativas na e para além das competências. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 04, n. 2, p. 131-153, jul-dez. 2020. Disponível em: <https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/298>. Acesso em: 10 jul. 2021

BRIDI, M. A.; ARAÚJO, S. M. de; MOTIM, B. L. As tarefas do professor e o processo de construção conhecimento. In _____. **Ensinar e aprender Sociologia**. São Paulo: Contexto, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conhecimentos de Sociologia. In: _____. **Orientações curriculares para o Ensino Médio. Ciências humanas e suas tecnologias**. v. 3. p. 101-132. 2006. Disponível em: http://www.cespe.unb.br/vestibular/1VEST2010/GuiaDoVestibulando/book_volume_03_internet.pdf. Acesso em: 08 set. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Básica**: programa mostra a estudantes como ficar longe das drogas. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=15910:programa-mostra-a-estudantes-como-ficar-longo-das-drogas>. Acesso em: 24 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld> Acesso em: 24 mai. 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Coordenação de população e indicadores sociais. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar: 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CAETANO, Hellen Monique dos Santos. **Com mais técnica, com mais ciência: controvérsias em torno dos procedimentos regulatórios e científicos com cannabis no Brasil**. 2021. 163 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Identidades culturais juvenis e escolas: arenas de conflitos e possibilidades. In.: **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas** / Antônio Flávio Moreira, Vera Maria Candau (orgs.). 2. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 182 – 211. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA et al. **Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas - 2017**. Brasília, DF: CFP, 2018.

COSTA, José Hermógenes Moura da. **De “Futuro do País” a um “Problema Social”**: estudo sobre a construção da identidade social do drogado em escolas do Ensino Médio. Curitiba: CRV, 2019.

DAYRELL, Juarez. **A escola “faz” as juventudes?** Reflexões em torno da socialização juvenil. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, 2007 p. 1105-1128. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso: 26.03.2019

DAYREL, Juarez. O jovem como sujeito social. In.: **Juventude e Contemporaneidade**. – Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007. p. 155- 176.

DAYREL, Juarez. Escolas e Culturas Juvenis. In.: **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de carvalho (orgs.). São Paulo: Cortez, 2003. p. 173 – 189.

ESCOHOTADO, Antonio. **História elementar das drogas**. Tradução José Colaço Barreiros. Lisboa: Antígona, 2004.

FIORE, Mauricio. Prazer e Risco: uma discussão a respeito dos saberes médicos sobre o uso de “drogas”. In: FIORE, M. et al. (Org.), **Drogas e Cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2008. p.141-153.

FLICK, Uwe. Entrevista Episódica. In: BAUER, Martin e GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis. Ed. Vozes. p.114-136, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 48ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2014.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC. 2008.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GROPPO, Luís Antonio. A juventude como categoria social. In.: **Juventude**: ensaios sobre Sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000. p. 7 – 27.

HOOKS, Bell. **Ensinando pensamento crítico**: sabedoria prática. Tradução: Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017.

MAÇAIRA, Julia Polessa. As três gerações de livros didáticos de Sociologia no Brasil (1920-2016). Em Aberto: Ensino de Sociologia, Brasília, v. 34, n. 111, p. 93-111, maio-ago. 2021. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/4916>. Acesso em: 16 dez. 2021

MAÇAIRA, Julia Polessa. **O Ensino de Sociologia e Ciências Sociais no Brasil e na França**: recontextualização pedagógica nos livros didáticos. 2017. 314 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. Trad. Octávio Alves Velho. In.: BRITTO, Sulamita de (org.). **Sociologia da Juventude**. Vol. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 69 – 94.

MENDONÇA, S. G. de L. A crise dos sentidos e significados na escola: a contribuição do olhar sociológico. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 31, n. 85, p. 341-357, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v31n85/03v31n85.pdf> Acesso em: 28 nov. 2018.

MEUCCI, Simone. Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia**: Ciências Sociais e o Ensino de Sociologia, Porto Alegre, v. 02, n. 03, p. 209-232, jan.-jun. 2014. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/70/45>. Acesso em: 30 out. 2018

MEUCCI, Simone; BEZERRA, Rafael Ginane. Sociologia e Educação Básica: hipóteses sobre a dinâmica de produção de currículo. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 45, n. 01, p. 87-101, Dossiê. 2014. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/2420>. Acesso em: 28 set. 2019.

MILLS, Wright Charles. **A imaginação sociológica**; tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1975.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Currículo Básico Comum de Minas Gerais de Sociologia**. Belo Horizonte, MG: 2018.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. (2012). **Resolução nº 2197 de 26 de outubro de 2012**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. Belo Horizonte. MG: Imprensa Oficial Minas Gerais.

MOREIRA, Fernanda Gonçalves; SILVEIRA, Dartiu Xavier da.; ANDREOLI, Sérgio Baxter. Redução de Danos do uso indevido de drogas no contexto da escola promotora de saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 11, n. 3, p. 807-816, 2006.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e Sociedade**. 5a. Ed. São Paulo: Cortez, 2001

RODRIGUES, Thiago. Tráfico, guerra, proibição. In: FIORE, M. et al. (Org.), **Drogas e Cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2008. p.91-104.

RUI, Taniele. **Nas tramas do crack: etnografia da abjeção**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

SABACK, Amália. DROGAS – Ideologias e Discursos: Reflexões a partir da Mídia Eletrônica. In: Nery Filho, Antonio. *et al.* (Org.). **As drogas na contemporaneidade: perspectivas clínicas e culturais**. Salvador: EDUFBA: CETAD, 2012. p. 289-309

SARANDY, Flavio. **A Sociologia volta à escola: um estudo dos manuais de Sociologia para o Ensino Médio no Brasil**. Rio de Janeiro, 2004. 142 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em movimento**. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2016.

SILVA, Martha Malaquias da; SILVA, Simone Mara da. Escola Promotora de Saúde: prevenção e redução de danos dos problemas relacionados ao uso de drogas. **Revista Café com Sociologia**, Maceió, v. 11, p. 01-14, jan.-dez. 2022. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/1278>. Acesso em: 22 fev. 2022

SILVA, Renan Joubberth Almeida. **Guerra às drogas e o punitivismo penal: a lei de drogas brasileira e seus mecanismos a favor do encarceramento em massa**. São Paulo: Renan Joubberth Almeida Silva, 2020. E-book Kindle.

SOUZA, Lucas. Sociologia no Ensino Médio: entre a contingência e essencialidade. **CABECS**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 35-51, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://abecs.com.br/revista/index.php/cabecs/article/view/3/28> Acesso em: 16 nov. 2018

WELLER, Wivian. Jovens no Ensino Médio: projetos de vida e perspectivas de futuro. In.: CARRANO, Paulo.; MAIA, Carla Linhares (Orgs). **Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 135 – 156.

APÊNDICE

A entrevista episódica foi realizada virtualmente, por meio de *streaming Discord*, as perguntas foram construídas de acordo com os objetivos da pesquisa e seguindo as orientações de apresentadas por Flick (2002). Desse modo a entrevista foi iniciada instruindo a professora de Sociologia sobre o caráter da entrevista e posteriormente foram realizadas as seguintes perguntas: (1) O que é droga para você? O que você associa a palavra droga? (2) Quando você olha em retrospecto para sua atuação como professora de Sociologia qual foi seu primeiro contato com a temática drogas, poderia por favor falar sobre isso? (3) Você falando dessa experiência tanto do debate que você organizou e dos cartazes, você poderia descrever um pouco o que tinha, o que os estudantes trouxeram? Tanto dos que eram a favor da legalização, os argumentos, quanto os que eram contra e o que tinham nesses cartazes, descrever o que você lembra que tinha escrito ou então do debate mesmo [pergunta elaborada diante da resposta da anterior]. (4) Qual foi a experiência com essa temática na escola que você considera que mais mobilizou você? (5) Se você examinar sua trajetória de formação e a disciplina que você leciona, Sociologia, você consegue dizer o que ela tem a ver com a temática das drogas? (6) Você pode falar mais sobre você chamar essa temática de aspecto central da sua formação? No caso eu queria que você descrevesse mais como essa temática apareceu na sua formação. [pergunta elaborada diante da resposta da anterior]. (7) Como é que você elaborou isso depois, você professora de Sociologia, de uma área de conhecimento sobre a temática drogas ter tido essa reação hostil e o pastor que, como você colocou, deturpou conceitos das ciências sociais era acolhido e ouvido, como tu elaborou isso depois, esse episódio que você relata? [pergunta elaborada diante da resposta da anterior]. (8) Tem alguma coisa que não apareceu na entrevista, mas que você acha que é importante falar sobre, nessa temática? Foi elaborada mais uma pergunta sobre ensino de Sociologia que não precisou ser feita diante das repostas das outras.